

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2015**

POPULAÇÕES INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

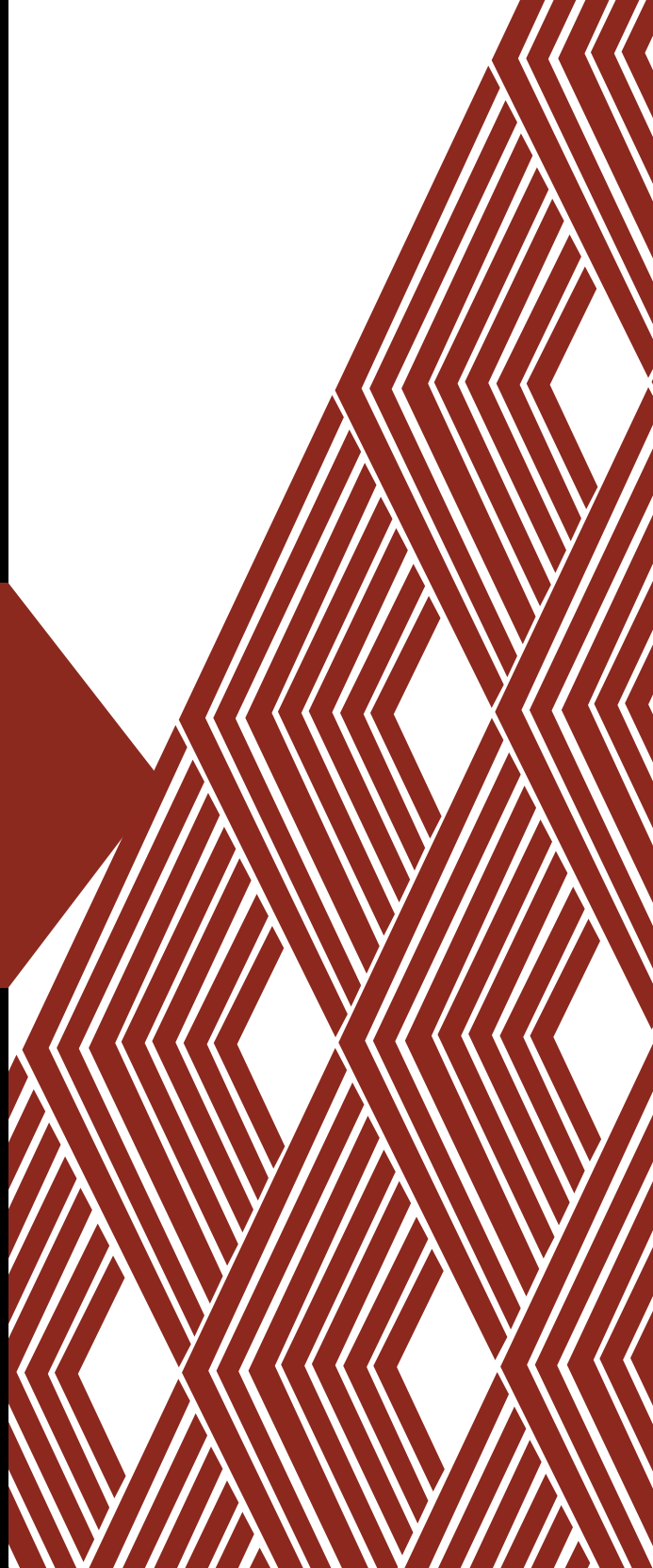
6ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2015**

POPULAÇÕES INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

6ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO



Procurador-Geral da República
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Vice-Procuradora-Geral da República
Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Vice-Procurador-Geral Eleitoral
Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Corregedor-Geral do Ministério Público Federal
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Ouvidora-Geral do Ministério Público Federal
Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Secretário-Geral
Lauro Pinto Cardoso Neto



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2015**

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

6^a CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

MPF
BRÁSÍLIA
2016

© 2016 – Ministério Público Federal
Todos os direitos reservados ao Ministério Público Federal
Disponível também em versão eletrônica

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Coordenadora

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Planejamento visual, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C . CEP: 70050-900 - Brasília-DF

Tel: +55 61 3105.5100

www.mpf.mp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6.

Relatório de atividades 2015 / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão,
Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília : MPF, 2016.

128 p. : il.

Publicado também em versão eletrônica.

1. Procuradoria Geral da República - relatório.

I. Brasil. Procuradoria-Geral da República. 6ª Câmara de Coordenação e
Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

CDD-341.41306

APRESENTAÇÃO

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à proteção da população indígena e das comunidades tradicionais. “À 6ª Câmara de Coordenação e Revisão incumbe atuar nos feitos cíveis relativos à defesa dos direitos e interesses das populações indígenas e relacionados às comunidades tradicionais” (Resolução CSMPF nº 148, art. 2º, § 6º, de 1 de abril de 2014), com destaque para as seguintes áreas de atuação: ciganos; comunidades extrativistas; comunidades ribeirinhas; indígenas; e quilombolas.

SUMÁRIO

Apresentação

1 Composição	10
1.1 Membros Titulares	10
1.2 Membros Suplentes	10
1.3 Distribuição	11
1.4 Representantes	12
Comissões e Conselhos	21
Grupos de Trabalho Intercamerais	22
1.5 Equipe	23
2 Grupos de Trabalho	26
2.1 Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais	26
2.2 Grupo de Trabalho Demarcação	32
2.3 Grupo de Trabalho Educação Escolar Indígena	38

2.4 Grupo de Trabalho Quilombos	47
2.5 Grupo de Trabalho Saúde Indígena	55
3 Planejamento Temático da Câmara	68
4 Estatísticas	72
4.1. Procedimentos Distribuídos e Relatados	72
4.2. Histórico das Reuniões Ordinárias	72
4.3. Deliberações do Colegiado por Unidade da Federação	73
4.4. Deliberações do Colegiado por Classe	74
4.5 Deliberações do Colegiado por Membro de Classe	76
4.6. Comparativo das Deliberações de 2015 e 2014	78
4.7. Procedimentos Instaurados nos Estados	80
4.8. Documentos Administrativos	82
4.9 Videoconferências	82
4.10 Acessos ao site da 6ª CCR	82
5 Gestão de Projetos	86
5.1 Situação dos Projetos da 6ª CCR	86
6 Agenda dos Membros	94
6.1 Dra. Deborah Duprat	94

6.2 Dr. João Akira	101
6.3 Dr. Luciano Maia	103
6.4 Dra. Eliana Torelly	103
7 Reuniões em destaque	106
8 Eventos	112
8.1 Eventos promovidos pela 6ª CCR	115
9 Destaques	122
10 Comunicação	126
Boletim Informativo	126
Clipagem da Mídia	127
E-clipping jurídico	128



1

COMPOSIÇÃO

1. COMPOSIÇÃO

1.1 MEMBROS TITULARES

Coordenadora: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira*

Subprocuradora-geral da República

Luciano Mariz Maia*

Subprocurador-geral da República

João Akira Omoto*

Procurador Regional da República

* Portaria PGR/MPF nº 505, de 24 de junho de 2014, publicada em 26 de junho de 2014 no Diário Oficial da União (DOU).

1.2 MEMBROS SUPLENTES

Moacir Guimarães Filho*

Subprocurador-geral da República

Eliana Péres Torelly de Carvalho*

Procuradora Regional da República

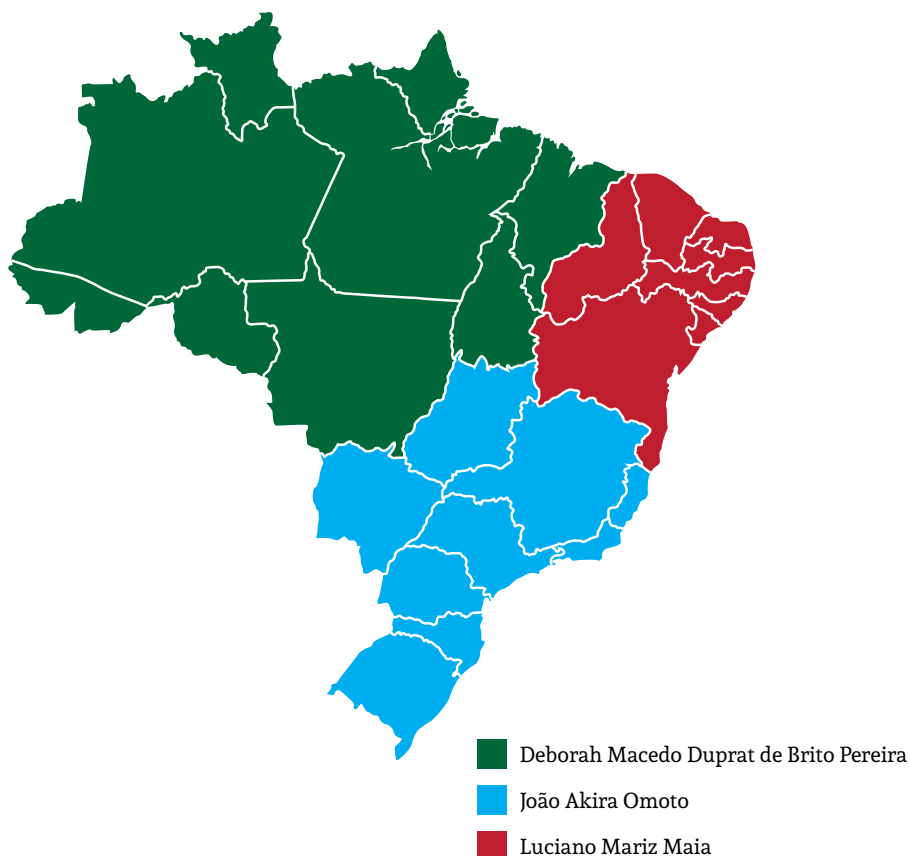
Márcio Barra Lima*

Procurador Regional da República

* Portaria PGR/MPF nº 505, de 24 de junho de 2014, publicada em 26 de junho de 2014 no Diário Oficial da União (DOU).

1.3 DISTRIBUIÇÃO

As questões submetidas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) são encaminhadas aos membros conforme o critério de distribuição por estados, acordado na Reunião nº 368, de 10 de maio de 2010. A distribuição por estado é a seguinte:



1.4 REPRESENTANTES

PROCURADORIAS REGIONAIS	
PRR 1ª REGIÃO	ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO
PRR 2ª REGIÃO	ADRIANA DE FARIAS PEREIRA
PRR 3ª REGIÃO	PAULO THADEU GOMES DA SILVA
PRR 4ª REGIÃO	MARCUS VINÍCIUS AGUIAR MACEDO
PRR 5ª REGIÃO	ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS*			
ACRE	LUIZ GUSTAVO MONTOVANI	PARAÍBA	JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA
ALAGOAS	NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM	PARANÁ	ELOÍSA HELENA MACHADO
AMAPÁ	THIAGO CUNHA DE ALMEIDA	PERNAMBUCO	MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES
AMAZONAS	FERNANDO MERLOTO SOAVE	PIAUÍ	KELSTON PINHEIRO LAGES
BAHIA	LEANDRO BASTOS NUNES	RIO DE JANEIRO	ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA
CEARÁ	FERNANDO ANTÔNIO NEGREIROS LIMA	RIO GRANDE DO NORTE	CAROLINE MACIEL DA COSTA
DISTRITO FEDERAL	ANA CAROLINA ALVES ARAÚJO ROMAN	RIO GRANDE DO SUL	MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS
ESPIRITO SANTO	WALQUÍRIA IMAMURA PICOLI	RONDÔNIA	LEONARDO SAMPAIO DE ALMEIDA REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE
GOIÁS	LÉA BATISTA DE OLIVEIRA MOREIRA LIMA	RORAIMA	FÁBIO BRITO SANCHES
MARANHÃO	ALEXANDRE SILVA SOARES	SANTA CATARINA	CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

MATO GROSSO	ALISSON NELÍCIO CIRILO CAMPOS	SÃO PAULO	ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO PATRICK MONTE MOR FERREIRA PRISCILA COSTA SCHEREINER
MATO GROSSO DO SUL	MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA	SERGIPE	LÍVIA NASCIMENTO TINOCO
MINAS GERAIS	EDMUNDO ANTÔNIO DIAS NETTO JÚNIOR	TOCANTINS	JOÃO GABRIEL MORAIS DE QUEIROZ
PARÁ	PATRICK MENEZES COLARES		

Nota: *Membros representantes da 6ª CCR em dezembro/2015.

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS*	
ALAGOINHAS-BA	EDUARDO DA SILVA VILLAS-BOAS
ALTAMIRA-PA	CYNTHIA ARCOVERDE RIBEIRO PESSOA, HIGOR REZENDE PESSOA, THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA
ANÁPOLIS-GO	ANA PAULA FONSECA DE GOES ARAÚJO, RAFAEL PAULA PARREIRA COSTA
ANGRA DOS REIS-RJ	FELIPE ALMEIDA BOGADO LEITE, MONIQUE CHEKER DE SOUZA
APUCARANA-PR	RAPHAEL OTÁVIO BUENO SANTOS
ARAÇATUBA-SP	GUSTAVO MOYSÉS DA SILVEIRA, PAULO DE TARSO GARCIA ASTOLPHI
ARAGUAÍNA-TO	ALDO DE CAMPOS COSTA, FELIPE TORRES VASCONCELOS
ARAPIRACA-AL	MANOEL ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA
ARARAQUARA-SP	GABRIEL DA ROCHA
ASSIS-SP	LEONARDO AUGUSTO GUELF
AÇU-RN	VICTOR ALBUQUERQUE DE QUEIROGA
BACABAL-MA	HILTON ARAÚJO DE MELO
BAGÉ-RS	CARLOS AUGUSTO TONIOLO GOEBEL
BALSAS-MA	MARCELO SANTOS CORRÊA

BARRA DO GARÇAS-MT	WILSON ROCHA ASSIS
BARREIRAS-BA	JOÃO PAULO LORDELO GUIMARÃES TAVARES, MÁRCIO ALBUQUERQUE DE CASTRO
BARRETOS-SP	ANDRÉ BUENO DA SILVEIRA
BAURU-SP	FÁBIO BIANCONCINI DE FREITAS
BENTO GONÇALVES-RS	ALEXANDRE SCHNEIDER
BLUMENAU-SC	RICARDO KLING DONINI
BRAGANÇA PAULISTA-SP	RICARDO NAKAHIRA
CAÇADOR-SC	ANDERSON LODETTI CUNHA DE OLIVEIRA
CÁCERES-MT	ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA, FELIPE ANTÔNIO ABREU MASCARELLI
CACHOEIRA DO SUL-RS	LUÍS FELIPE SCHNEIDER KIRCHER
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ALEXANDRE SENRA, RENATA MAIA DA SILVA
CAICÓ-RN	BRUNO JORGE RJO LAMENHA LINS
CAMPINA GRANDE-PB	ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA, BRUNO BARROS DE ASSUNÇÃO, BRUNO GALVÃO PAIVA
CAMPINAS-SP	AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES
CAMPO FORMOSO-BA	ELTON LUIZ FREITAS MOREIRA
CAMPO MOURÃO-PR	WILLIAM TETSUO IWAKIRI
CAMPO DOS GOYTACAZES-RJ	BRUNO DE ALMEIDA FERRAZ, EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA, STANLEY VALERIANO DA SILVA
CANOAS-RS	JORGE IRAJÁ LOURO SODRÉ, PEDRO ANTÔNIO ROSO
CAPÃO DA CANOA-RS	FELIPE DA SILVA MÜLLER
CARAGUATATUBA-SP	MARIA REZENDE CAPUCCI
CARUARU-PE	NATÁLIA LOURENÇO SOARES
CASCADEL-PR	CARLOS HENRIQUE MACEDO BARA, FELIPE DELIA CAMARGO, THALES FERNANDO LIMA
CAXIAS-MA	ANDRÉ LUIS CASTRO CASELLI, ANSELMO SANTOS CUNHA

CAXIAS DO SUL-RS	LUCIANA GUARNIERI
CHAPECÓ-SC	CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR
COLATINA-ES	JORGE MUNHÓS DE SOUZA
CONCÓRDIA-SC	CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR
CORRENTE-PI	PROCURADORES DA PR/PI
CORUMBÁ-MS	TÚLIO FÁVARO BEGGIATO, YURI CORRÊA DA LUZ
COXIM-MS	CINARA BUENO SANTOS PRICLADNITZKY
CRATEÚS/TAUÁ-CE	SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE
CRICIÚMA-SC	DARLAN AIRTON DIAS
CRUZ ALTA-RS	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA KENNE DA SILVA
CRUZEIRO DO SUL-AC	THIAGO PINHEIRO CORREA
DIVINÓPOLIS-MG	GUSTAVO DE CARVALHO FONSECA
DOURADOS-MS	MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA
ERECHIM-RS	CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ
EUNÁPOLIS-BA	FERNANDO ZELADA
FEIRA DE SANTANA-BA	MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
FLORIANO-PI	SAULO LINHARES DA ROCHA
FOZ DO IGUAÇU-PR	ALEXANDRE COLLARES BARBOSA, DANIELA CASELANI SITTA
FRANCA-SP	DANIELA PEREIRA BATISTA POPPI, WESLEY MIRANDA ALVES
FRANCISCO BELTRÃO-PR	INDIRA BOLSONI PINHEIRO
GARANHUNS-PE	ANTÔNIO NILO RAYOL LOBO SEGUNDO, MARIA MARÍLIA OLIVEIRA C. DE MOURA
GOVERNADOR VALADARES-MG	BRUNO COSTA MAGALHÃES, FELIPE VALENTE SIMAN
GUAIÁ-PR	ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA ZANETTE, MAICON FABRÍCIO ROCHA

GUAJARÁ-MIRIM-RO	DANIEL LUIS DALBERTO
GUANAMBI-BA	PAULO RUBENS CARVALHO MARQUES, VITOR SOUZA CUNHA
GUARAPUAVA-PR	ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
GUARATINGUETÁ-SP	MARÍLIA RIBEIRO SOARES RAMOS FERREIRA
GUARULHOS-SP	RHAYSSA CASTRO SANCHES RODRIGUES
GURUPI-TO	WALTER JOSÉ MATHIAS JÚNIOR
ILHÉUS/ITABUNA-BA	CRISTINA NASCIMENTO DE MELO, GABRIEL PIMENTA ALVES, TIAGO MODESTO RABELO
IMPERATRIZ-MA	PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO
IPATINGA-MG	BRUNO JOSÉ SILVA NUNES
IRECÊ-BA	SAMIR CABUS NACHEF JÚNIOR
ITAITUBA-PA	JANAÍNA ANDRADE DE SOUSA
ITAJAÍ-SC	RICARDO MARTINS BAPTISTA
ITAPERUNA-RJ	CLÁUDIO MÁRCIO DE C. CHEQUER
ITAPEVA-SP	LUCAS BERTINATO MARON
ITAPIPOCA-CE	RICARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA
JACAREZINHO-PR	DIOGO CASTOR DE MATTOS
JALES-SP	CARLOS ALBERTO DOS RIOS JÚNIOR
JARAGUÁ DO SUL-SC	CLÁUDIO VALENTIM CRISTANI
JAÚ-SP	MARCOS SALATI
JEQUIÉ-BA	FLÁVIO PEREIRA DA COSTA MATIAS
JI-PARANÁ-RO	HENRIQUE FELBER HECK
JOAÇABA-SC	MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS
JOINVILLE-SC	TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ

JUAZEIRO DO NORTE/IGUATU-CE	CELSON COSTA LIMA VERDE LEAL, LÍVIA MARIA DE SOUSA, RAFAEL RIBEIRO RAYOL
JUÍNA-MT	CLEBER DE OLIVEIRA TAVARES NETO
JUIZ DE FORA-MG	MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA, ONOFRE DE FARIA MARTINS
JUNDIAÍ-SP	JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL
LAGES-SC	NAZARENO JORGEALEM WOLFF
LAJEADO-RS	CLÁUDIO TERRE DO AMARAL
LIMOEIRO DO NORTE/QUIXADÁ-CE	FRANCISCO ALEXANDRE DE P. FORTE, PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA
LINHARES-ES	-
LONDRINA-PR	GUSTAVO DE CARVALHO GUADANHIN
LUZIÂNIA-GO	FERNANDO TÚLIO DA SILVA
MACAÉ-RJ	FLÁVIO DE CARVALHO REIS
MAFRA-SC	RUI MAURÍCIO RIBAS RUCINSKI
MANHUAÇU-MG	LUCAS DE MORAIS GUALTIERI
MARABÁ-PA	LILIAN MIRANDA MACHADO
MARÍLIA-SP	CÉLIO VIEIRA DA SILVA, DIEGO FAJARDO MARANHA LEÃO DE SOUZA, JEFFERSON APARECIDO DIAS
MARINGÁ-PR	CARLOS ALBERTO SZTOLTZ
MONTEIRO-PB	RENAN PAES FÉLIX
MONTES CLAROS-MG	ALLAN VERSIANI DE PAULA, ANDRÉ DE VASCONCELOS DIAS, MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA
MOSSORÓ-RN	AÉCIO MARES TAROUÇO, EMANUEL DE MELO FERREIRA
NAVIRAÍ-MS	FRANCISCO DE ASSIS FLORIANO E CALDERANO
NITERÓI-RJ	ANTÔNIO AUGUSTO SOARES CANEDO NETO, WANDERLEY SANAN DANTAS
NOVA FRIBURGO-RJ	JOÃO FELIPE VILLA DO MIU
NOVO HAMBURGO-RS	PEDRO NICOLAU MOURA SACCO

OSASCO-SP	ALMIR TEUBL SANCHES, THIAGO HENRIQUE VIEGAS LINS
OURINHOS-SP	ANTÔNIO MARCOS MARTINS MANVAILER
PALMARES-PE	ANA FABIOLA DE AZEVEDO FERREIRA
PARACATU-MG	HEBERT REIS MESQUITA
PARAGOMINAS-PA	EDGARD DE ALMEIDA CASTANHEIRA
PARANAGUÁ-PR	ADRIANO BARROS FERNANDES
PARANAVAÍ-PR	HENRIQUE GENTIL OLIVEIRA
PARNAÍBA-PI	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CASTELO BRANCO
PASSO FUNDO-RS	BRUNA PFAFFENZELLER, FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
PASSOS-MG	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA, HELEN RIBEIRO ABREU
PATO BRANCO-PR	PROCURADOR ITINERANTE
PATOS DE MINAS-MG	MARCELO FREIRE LAGE, SÉRGIO DE ALMEIDA CIPRIANO
PAU DOS FERROS-RN	ANTÔNIO MARCOS DA SILVA DE JESUS
PAULO AFONSO-BA	ANALU PAIM CIRNE
PELOTAS-RS	MAX DOS PASSOS PALOMBO
PETROLINA/JUAZEIRO-PE	MARA ELISA DE OLIVEIRA, POLIREDA MADALY BEZERRA DE MEDEIROS
PETRÓPOLIS-RJ	CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA, JOANA BARREIRO BATISTA, VANESSA SEGUEZZI
PICOS-PI	MARIA CLARA L. D. DE ALMEIDA BRITO
PIRACICABA-SP	CAMILA GHANTOUS, LEANDRO ZEDES LARES FERNANDES, RAQUEL CRISTINA REZENDE SILVESTRE
PONTA GROSSA-PR	LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA, OSVALDO SOWEK JÚNIOR
PONTA PORÃ-MS	RICARDO PAEL ARDENGHI
POUSO ALEGRE-MG	LUCAS HORTA DE ALMEIDA, MICHEL FRANCOIS DRIZUL HAVRENNE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP	LUÍS ROBERTO GOMES, TITO LÍVIO SEABRA

REDENÇÃO-PA	FELIPE GIARDINI, LUÍSA ASTARITA SANGOI
RESENDE-RJ	IZABELLA MARINHO BRANT, PAULO SÉRGIO FERREIRA FILHO
RIBEIRÃO PRETO-SP	CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA
RIO DO SUL-SC	LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO
RIO GRANDE-RS	ANELISE BECKER
RIO VERDE-GO	LINCOLN PEREIRA DA SILVA MENEQUIM
RONDONÓPOLIS-MT	GUILHERME ROCHA GOPFERT, PAULO TAEK KEUN RHEE
SALGUEIRO/OURICURI-PE	ANTÔNIO HENRIQUE DE AMORIM CADETE
SANTA CRUZ DO SUL-RS	RICARDO GRALHA MASSIA
SANTA MARIA-RS	CINTHIA GABRIELA BORGES
SANTA ROSA-RS	LETÍCIA CARAPETO BENRDT
SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA
SANTARÉM-PA	FABIANA KEYLLA SCHNEIDER, LUÍS DE CAMÕES LIMA BOAVENTURA, RAFAEL KLAUTAU BORBA COSTA
SANTO ÂNGELO-RS	ANTÔNIO CARLOS MARQUES CARDOSO, OSMAR VERONESE
SANTOS-SP	ANTÔNIO JOSÉ DONIZETTI M. DALOIA, FELIPE JOW NAMBA, LUIS EDUARDO MARROCOS DE ARAÚJO, LUIZ ANTÔNIO PALÁCIO FILHO, ROBERTO FARAH TORRES
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP	ANDRÉ LOPES LASMAR, FABIANA RODRIGUES DE SOUSA BORTZ, RICARDO LUIZ LORETO, STEVEN SHUNITI ZWICKER
SÃO CARLOS-SP	RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI
SÃO GONÇALO-RJ	MARCO OTÁVIO ALMEIDA MAZZONI
SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP	LÚCIO MAURO CARLONI FLEURY CURADO
SÃO JOÃO DE MERITI-RJ	LUCIANA FERNANDES PORTAL L. GADELHA
SÃO JOÃO DEL REI-MG	LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA, THIAGO DOS SANTOS LUZ
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP	ANNA FLÁVIA NÓBREGA C. UGATTI, ELEOVAN CÉSAR LIMA MASCARENHAS, RODRIGO LUIZ BERNARDO SANTOS, SVAMER ADRIANO CORDEIRO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP	ANGELO AUGUSTO COSTA
SÃO MATEUS-ES	CAROLINA AUGUSTA DA ROCHA ROSADO, WALQUÍRIA IMAMURA PICOLI
SÃO MIGUEL DO OESTE-SC	CAMILA BORTOLOTTI, EDSON RESTANHO
SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ	LEANDRO BOTELHO NUNES, RODRIGO GOLÍVIO PEREIRA
SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	MARIA CLARA LUCENA D. DE A. BRITO
SERRA TALHADA-PE	MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES
SETE LAGOAS-MG	ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES
SINOP-MT	IGOR MIRANDA DA SILVA
SOBRAL-CE	ANA KARÍZIA TÁVORA T. NOGUEIRA, JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR
SOROCABA-SP	OSVALDO DOS SANTOS HEITOR JÚNIOR, RUBENS JOSÉ DE CALASANS NETO, VINÍCIUS MARAJÓ DAL SECCHI
SOUSA-PB	DJALMA GUSMÃO FEITOSA, TIAGO MISAEL DE JESUS MARTINS
TABATINGA-AM	BRUNO OLIVO DE SALES
TAUBATÉ-SP	ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA
TEFÉ-AM	ELIABE SOARES DA SILVA, FRANCISCO DE PAULA VITOR SANTOS PEREIRA
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	MARCELA REGIS FONSECA
TEÓFILO OTONI-MG	PAULA CRISTINE BELLOTTI
TERESÓPOLIS-RJ	PAULO CEZAR CALANDRINI BARATA
TRÊS LAGOAS-MS	DAVI MARCUCCI PRACUCHO, LUIZ EDUARDO CAMARGO O. HERNANDES
TUBARÃO-SC	ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIÓN
TUCURUI-PA	LUIZ EDUARDO DE SOUZA SMANIOTTO
UBERABA-MG	FELIPE AUGUSTO BARROS CARVALHO PINTO, THALES MESSIAS PIRES CARDOSO
UBERLÂNDIA-MG	CLEBER EUSTÁQUIO NEVES, LEONARDO ANDRADE MACEDO
UMUARAMA-PR	LUÍS WANDERLEY GAZOTO, ROBSON MARTINS

UNIÃO DA VITÓRIA-PR	EDUARDO ALVES FONTE
URUGUAIANA-RS	FILIFE ANDRIOS BRASIL SIVIERO, PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR
VARGINHA-MG	MARCELO JOSÉ FERREIRA
VIÇOSA-MG	GABRIELA SARAIVA VICENTE DE AZEVEDO
VILHENA-RO	DANIEL AZEVEDO LÔBO
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA	ANDRÉ SAMPAIO VIANA, ROBERTO D'OLIVEIRA VIEIRA
VOLTA REDONDA-RJ	JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR

Nota: *Membros representantes da 6ª CCR em dezembro/2015.

COMISSÕES E CONSELHOS

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CNPCT)

Wilson Rocha Assis (desde 14/11/2013)

Procurador da República

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO (CGEN)

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes (desde 26/9/2013)

Procurador da República

COMISSÃO ESPECIAL XAVANTE, DO CONSELHO DE DEFESADOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH)

Márcia Zollinger (desde 5/10/2012)

Procuradora da República no Distrito Federal

GRUPOS DE TRABALHO INTERCAMERAIS

GT INTERCAMERAL PRESOS INDÍGENAS E VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA INDÍGENAS* (6ª e 7ª CCRs)

Lucyana Marina Pepe Affonso
Nathalia Mariel Ferreira de Souza
Ricardo Gralha Massia

*Portaria Intercameral 6ª e 7ª CCR nº 1, de 11 de março de 2015.

Disponível em: <<http://7ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao/grupos-de-trabalho/presos-indigenas/PortariaIntercameral6e7C-CRn111315Assinada.pdf>>

Acesso em: 15 jan. 2016.

GT INTERCAMERAL GRANDES EMPREENDIMENTOS* (4ª, 6ª CCRs e PFDC)

Márcia Brandão Zollinger
Fabiana Keylla Schnneider

*Portaria 4ª CCR nº 4, de 7 de abril de 2015.

Disponível em: <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt-licenciamento/PORTARIA4CCRN-4DE10DEABRIL.pdf>>

Acesso em: 15 jan. 2016.

GT INTERCAMERAL VIOLAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS* (2ª, 4ª e 6ª CCRs)

Encerrado em: 4/3/2015*

*Portaria 2ª CCR nº 167, de 4 de março de 2015.

Disponível em: <[http://2ccr-edit.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/violacao-de-direitos-indigenas/Portaria no 167.pdf](http://2ccr-edit.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/violacao-de-direitos-indigenas/Portaria%20no%20167.pdf)>

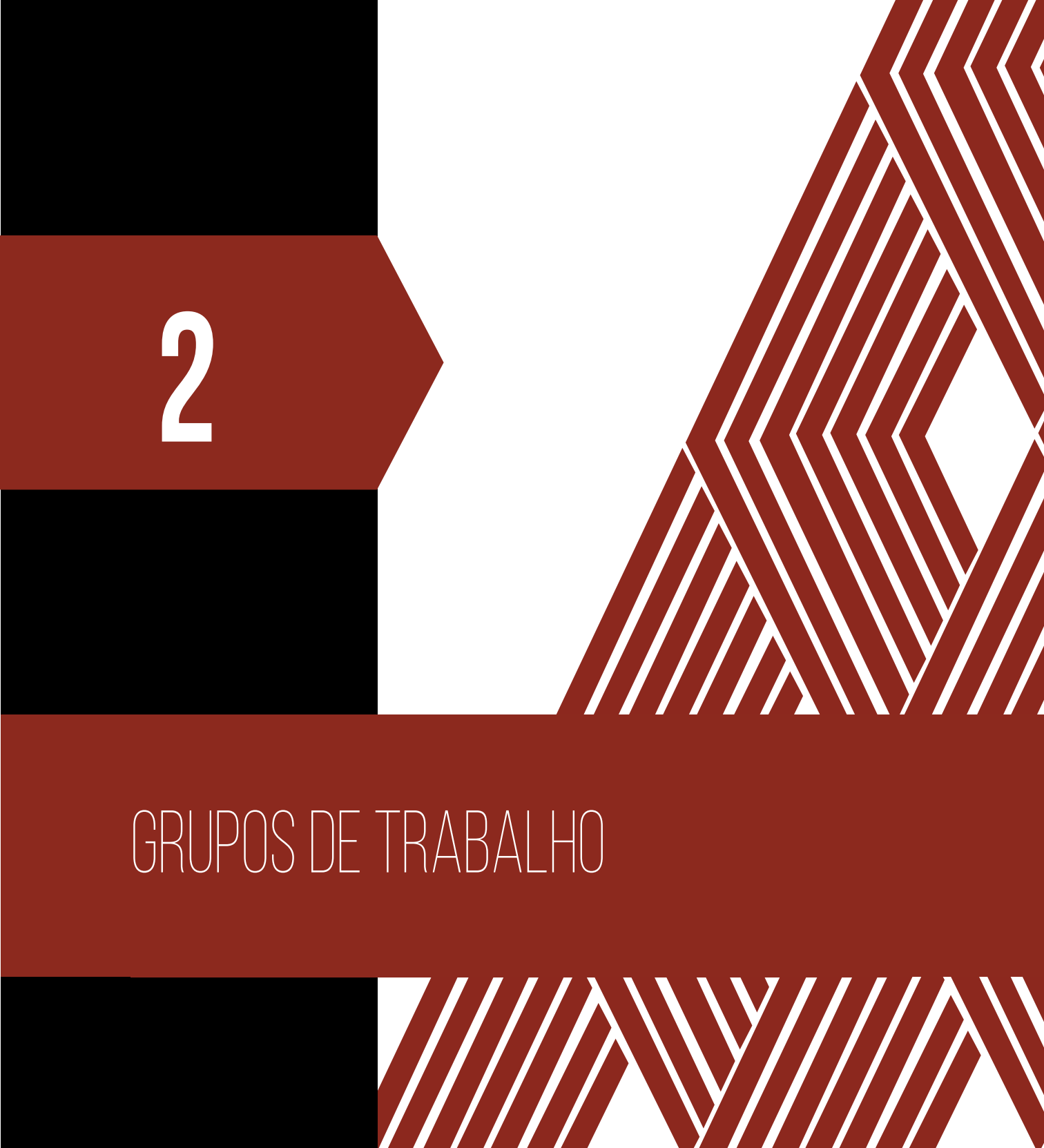
Acesso em: 15 jan. 2016.

1.5 EQUIPE

Secretaria Executiva Dr. Gustavo Kenner Alcântara Secretário Executivo Isabel Costa Figueiredo José Pereira Santana Júnior Priscila Lombardi da Cruz Yanara Lima Sampaio Cunha	Assessoria de Planejamento Rodrigo Chagas Coimbra Assessor-chefe Fernando Sanchez de Souza
Assessoria Administrativa Neide Guimarães Furtado Assessora-chefe Aline Aranda Freitas Andrea Lima Tito Pereira Juçara dos Santos Gomes Raíssa Pinheiro Martins Sônia Maria Barbosa Carvalho	Assessoria Jurídica Karina Costa Recedive Assessora-chefe André Cavalcante Barbosa Clodoaldo Sabóia Lima Darlise Moura Castro Giselly Cristina Alves Souza dos Santos João Maria Ludugero da Silva

TREINAMENTOS

Os servidores da 6ª CCR realizaram 14 treinamentos em 2015, totalizando uma carga horária de 585 horas.



2

GRUPOS DE TRABALHO

2. GRUPOS DE TRABALHO

2.1 GRUPO DE TRABALHO COMUNIDADES TRADICIONAIS



COMPOSIÇÃO:

ALEXANDRE SILVA SOARES
ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
ANTÔNIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA
CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
EDILSON VITORELLI DINIZ LIMA
EDMUNDO ANTÔNIO DIAS NETTO JÚNIOR
ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO



MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA
MARIA LUIZA GRABNER
MARIA REZENDE CAPUCCI
SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI
WILSON ROCHA ASSIS

CORPO TÉCNICO:

MARCO PAULO FRÓES SCHETTINO
ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ANTROPOLOGIA
RODRIGO CARNEIRO DO NASCIMENTO
ASSESSOR ADMINISTRATIVO

E-mail do GT: 6ccr_comunidades_tradicionais@listas.mpf.gov.br

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 20 de março.
- 8 e 9 de outubro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Com o objetivo delimitado pela Portaria 02/2014/6CCR/MPF, de 7 de agosto de 2014, o Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais, ao longo do ano de 2015, reafirmou sua atribuição como instância de diálogo do Ministério Público Federal com os povos e comunidades tradicionais do Brasil. Além da interlocução permanente com povos e comunidades tradicionais, viabilizando que suas demandas sejam internalizadas e processadas nos órgãos de execução do MPF, os membros do GT têm acompanhado o trabalho do poder público nos temas relacionados à promoção e proteção de seus direitos.

Nesse sentido, os procuradores da República Sandra Kishi e Anselmo Henrique Cordeiro Lopes acompanharam as reuniões do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), problematizando temas relativos à tutela do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais a ele associados. Em 2015, o assunto conheceu importante mudança normativa, decorrente da promulgação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, revogando a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que até então regulamentava a matéria.

Os membros do GT, Wilson Rocha Fernandes Assis, Edmundo Antônio Dias e Marco Paulo Fróes Schettino (analista pericial em antropologia), por sua vez, continuaram acompanhando a agenda da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com o objetivo de conhecer, compreender e realizar a interlocução do Ministério Público Federal com a diversidade de segmentos de povos e comunidades tradicionais ali representados. Entre os trabalhos relevantes desenvolvidos no âmbito da CNPCT, destaca-se a discussão do novo decreto que pretende reformular a estrutura e a composição da Comissão Nacional, conforme deliberado no 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrido entre os dias 25 e 28 de novembro de 2014, em Brasília/DF, evento do qual participaram diversos membros do GT Comunidades Tradicionais.

O GT Comunidades Tradicionais contribuiu ainda com a 6ª CCR no acompanhamento de conflitos envolvendo unidades de conservação de proteção integral e comunidades tradicionais. Sobre o assunto, os membros do GT participaram do “Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos”, ocorrido nos dias 9 e 10 de abril de 2015, no Quilombo do Campinho, em Paraty/RJ. O evento foi organizado pelo procurador da República Felipe Almeida Bogado Leite, da PRM de Angra dos Reis/RJ, em parceria com diver-

sas instituições e comunidades tradicionais da região.

O GT colaborou também na mediação do conflito envolvendo a comunidade extrativista de apanhadores de flores sempre-vivas e o Parque Nacional das Sempre Vivas, na região norte de Minas Gerais, assunto sobre o qual ocorreram diversas reuniões internas e externas acompanhadas por membros do GT.

Ainda em Minas Gerais, membros do GT colaboram com a articulação de comunidades tradicionais do Rio São Francisco, objetivando especialmente o reconhecimento de seus direitos territoriais, ameaçados pelo avanço de grandes projetos de desenvolvimento para a região. Membros do GT participaram do “Seminário sobre o Reconhecimento dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco”, ocorrido em Montes Claros/MG, nos dias 1º e 2 de julho de 2015, iniciando um trabalho de articulação comunitário e institucional que objetiva identificar as comunidades tradicionais do São Francisco e promover medidas de garantia de seus territórios.

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES – 2016

O Planejamento de atividades para o ano de 2016 leva em conta as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Estado brasileiro e pelo MPF, razão pela qual prevê um escopo sintético, no qual se incluem os temas e atividades considerados mais relevantes para a proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, são elencados quatro pontos principais:

- a) acompanhamento da regulamentação da Lei nº 13.123/2015, que trata do acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético;
- b) participação nas reuniões da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);
- c) identificação e caracterização de terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais na bacia média do Rio São Francisco, em colaboração com comunidades e instituições da região; e

d) mapeamento dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, com ênfase na identificação de suas demandas territoriais. Programa Terra Legal.

Em relação ao primeiro ponto, deve-se destacar que o tema do acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético foi a primeira matéria de atuação do GT, que teve atuação importante na discussão e elaboração do novo diploma normativo editado em 2015. A regulamentação da Lei nº 13.123/2015, atualmente em discussão em diversas instâncias do governo federal, com algum grau de participação de representantes das comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais, é uma etapa importante da garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, o que demanda a atenção do MPF.

A atuação do MPF na CNPCT, por sua vez, mostra-se essencial para o acompanhamento da agenda diversificada e complexa dos PCTs em todo o Brasil. A Comissão consolidou-se como principal espaço institucional de diálogo desses segmentos com o Estado brasileiro, sendo a presença do MPF importante não apenas para o conhecimento e acompanhamento das demandas ali formuladas, mas também para empoderamento das lideranças que atuam na Comissão.

O acompanhamento dos trabalhos no curso médio do Rio São Francisco não apenas fortalece o trabalho dos órgãos locais do MPF, mas permite que a instituição se engaje nos esforços de instituições de pesquisa e comunidades para desenvolver instrumentos metodológicos para caracterização de territórios tradicionais, o que deve necessariamente repercutir na agenda de atuação da Secretaria do Patrimônio da União, do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de órgãos estaduais relacionados à agenda ambiental e de regularização fundiária.

Sobre o último ponto do presente planejamento, a realização de um mapeamento dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, cumpre ressaltar o limbo institucional em que se encontram esses segmentos, no sentido de não haver órgãos ou instituições executoras das políticas públicas voltadas especificamente para esses segmentos, com exceção dos povos indígenas e comunidades quilombolas, aos quais se destinam os trabalhos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Palmares, respectivamente. Tal quadro gera um enorme déficit na promoção dos direitos fundamentais dos outros segmentos que compõem as comunidades tradicionais brasileiras.

Faça-se a ressalva de que existem instituições públicas e privadas que se dedicam à agenda dos PCTs. No campo acadêmico, trabalhos de pesquisa muito robustos têm sido desenvolvidos para

conhecer e dar visibilidade às realidades socioambientais que conformam a vida dos povos e comunidades tradicionais, merecendo citação o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, desenvolvido pelas universidades federal e estadual do Amazonas; e o mapa de Conflitos Ambientais, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Apropriar-se desse arcabouço teórico, sistematizá-lo e difundi-lo parece ser essencial ao cumprimento da missão institucional do MPF, especialmente quanto ao tema da garantia dos direitos territoriais assegurados pelo ordenamento jurídico nacional e internacional aos povos e comunidades tradicionais. Entre as ferramentas mais relevantes utilizadas para o conhecimento dessas realidades, está o emprego de metodologias de cartografia, que objetiva situar as comunidades tradicionais na complexa realidade geossociopolítica que as envolve, localizando-as no espaço do Estado nacional. Assim fazendo, é preciso visualizar com mais precisão os desafios implicados na garantia de seus territórios, nos quais estão contidos e são produzidos os bens da vida necessários à sobrevivência física e cultural destas.

Desenvolver métodos e ferramentas tecnológicas que permitam produzir um mapeamento dos povos e comunidades tradicionais em todo o território nacional servirá para dar aos procuradores da República conhecimento das realidades da vida que demandam sua atenção e atuação, bem como será útil para propor correções em políticas públicas que impactam negativamente os direitos dos povos e comunidades. O caso mais urgente, que merece atuação concentrada do GT Comunidades Tradicionais, diz respeito ao Programa Terra Legal, no bojo do qual se tem discutido e efetivado a destinação das últimas glebas públicas federais na Amazônia Legal, cuja implementação passa à margem da participação de representantes de PCTs, que muito provavelmente já ocupam grande parte dessas glebas públicas como territórios tradicionais.

Apesar dos esforços de participação do MPF na Câmara Técnica de Destinação da Secretaria Especial de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a atuação efetiva da instituição passa pela necessidade de desenvolver capacidades de indicar concretamente espaços demandados por grupos tradicionais. Um dos avanços que os membros do GT já obtiveram foi levar o tema para as reuniões da CNPCT, cujos representantes da sociedade civil têm reivindicado participação nas deliberações do Programa.

Nesse sentido, é necessário engajar o corpo técnico pericial do MPF no esforço de mapeamento dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, o que envolve debate prévio acerca da metodologia mais adequada para a realização da tarefa. Além do domínio de ferramentas de geoprocessamento, será necessário estabelecer diálogo com as instituições de pesquisa que já têm

importantes aportes sobre o assunto, órgãos públicos com atribuição para o reconhecimento e a regularização fundiária dos territórios tradicionais, bem como avançar na articulação com as comunidades tradicionais em toda a extensão do território nacional.

2.2 GRUPO DE TRABALHO DEMARCAÇÃO



GT Demarcação - 13/3/2015



GT Demarcação - 19/9/2015

E-mail do GT: gccr_demarcacao@listas.mpf.gov.br

COMPOSIÇÃO

CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
FERNANDO MERLOTO SOAVE
JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR (COORDENADOR)
LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA
MÁRCIA BRANDÃO ZOLLINGER
MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES
MARINO LUCIANELLI NETO
PAULO HENRIQUE CAMARGOS TRAZZI
ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA

CORPO TÉCNICO

ISABEL COSTA FIGUEIREDO
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA
JORGE BRUNO SOUZA
ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ANTROPOLOGIA

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 13 de março.
- 11 de setembro.
- 30 de novembro.

OBJETIVO

Garantir às populações indígenas celeridade nos processos demarcatórios de suas terras para acesso a políticas públicas, como saúde e educação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

O ano de 2015 foi marcado pelo impasse nos debates acerca de demarcação de terras, tendo em vista a tramitação avançada da Proposta de Emenda Constitucional nº 215, que tem por objetivo principal a transferência de atribuição das demarcações de terras para o Poder Legislativo. Além disso, houve uma ofensiva contra a atuação da Funai, culminando na instalação de comissão parlamentar de inquérito para analisar a atuação da autarquia.

1. Estudo do julgamento da PET 3.388 (Raposa Serra do Sol)

Em razão disso, o grupo redirecionou as suas energias para a análise de aspectos teóricos que possam subsidiar a atuação do MPF quanto ao entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal no caso “Raposa Serra do Sol”, notadamente quanto à “teoria do fato indígena” e a fixação de marcos temporais para o exame da tradicionalidade da ocupação e a vedação de novas demarcações.

2. Armazenamento de informações e sítio eletrônico

Paralelamente a isso, buscou-se uma articulação institucional que chamasse a atenção para casos parados que pudessem ter uma tramitação mais célere no Ministério da Justiça, tendo em vista a inexistência de conflitos ou a pouca intensidade destes.

O Grupo de Trabalho dedicou-se ainda ao cumprimento de seu planejamento institucional, à consolidação sobre os dados de demarcação e ao acompanhamento dos desdobramentos da ação coordenada “MPF em Defesa das Terras Indígenas”, ocorrida em abril de 2013. Para tanto, foram adotadas medidas para melhorar o armazenamento de dados e a visualização da página do grupo (<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-demarcacao/gt-demarcacao>).

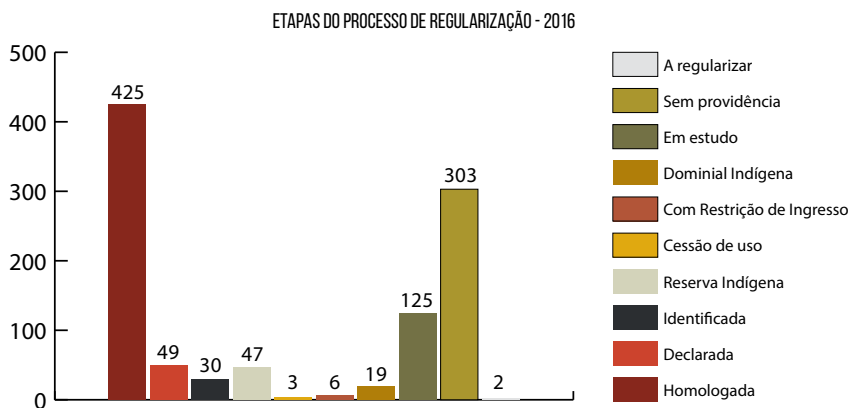
Os dados de processos de demarcação foram atualizados permanentemente e encaminhados ao Ministério da Justiça e à Funai, de forma a cobrar o andamento de processos e ressaltar o acompanhamento pela 6ª CCR.

Cumpra registrar que há, hoje, aproximadamente 125 terras indígenas em estudo e 303 reivindicadas por povos indígenas, mas sem qualquer providência por parte do Estado para demarcação, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Apesar disso, em 2014, apenas duas terras indígenas foram identificadas, e uma foi objeto de portaria ministerial reconhecendo a tradicionalidade da área. Não houve demarcações no ano.

Já em 2015, apenas quatro terras indígenas tiveram os relatórios de delimitação e identificação publicados pela Funai, três foram reconhecidas por portaria do Ministério da Justiça e sete terras indígenas foram homologadas por decreto presidencial.

3. Articulação institucional com sociedade civil, Funai e Ministério da Justiça

TERRAS E DEMANDAS FUNDIÁRIAS INDÍGENAS



O GT realizou três reuniões em 2015, sendo uma delas com a Presidência da Funai, oportunidade em que foram tratados processos pendentes de demarcação e de concursos públicos para servidores. Além disso, o coordenador do grupo em exercício realizou reunião, em junho de 2015, com o secretário executivo do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, oportunidade em que externou as preocupações do grupo sobre o andamento dos processos de demarcação de terras e ressaltou a necessidade de tramitação mais célere dos processos.

Em maio de 2015, o GT contribuiu para a formação de um grupo de entidades (Comissão Pró-Índio, Instituto Socioambiental, Associação Juizes para a Democracia, Índio é nós, CTI e outras) que tem por objetivo debater os direitos indígenas e formular contrapontos aos debates que vêm

sendo travados no Legislativo e no Judiciário. Esse grupo realizou, em 10 de novembro de 2015, o seminário *Direitos dos povos indígenas em disputa no STF*, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o qual contou com a participação da coordenadora da 6ª CCR, Deborah Duprat, e de professores como Manuela Carneiro da Cunha, Dalmo de Abreu Dallari e José Afonso da Silva. Este último, inclusive, elaborou um parecer sobre o “marco temporal”, a pedido do grupo.

Em 26 de novembro, o GT participou da audiência da 6ª CCR sobre a PEC 215.

4. Aproximação com o GT Justiça de Transição

O grupo vem realizando, ainda, uma aproximação com o GT Justiça de Transição, tendo em vista a necessidade de demonstração da insuficiência da tese de “marco temporal”, dado o histórico de remoções forçadas a que foram submetidos os povos indígenas durante o período ditatorial.

5. Desistência do projeto

Considerando as diretrizes estabelecidas pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, elaborou-se em 2014 um projeto de atuação para o grupo de trabalho, com o fim de incrementar a interlocução com a ponta e permitir que os membros das unidades que vivenciem conflitos, principalmente naquelas de maior rotatividade, possam ter maior acesso e contato com a Funai, cujas atividades quanto a demarcações se concentram em Brasília.

O projeto pretendia criar e difundir ferramentas de atuação para membros do MPF relativas à promoção e controle da regularização fundiária das terras indígenas. Baseava-se no acompanhamento dos desdobramentos da ação coordenada “MPF em defesa das terras indígenas”, realizada em 19 de abril de 2013 pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Pretendia-se um acompanhamento permanente dos desdobramentos da ação coordenada, buscando-se a obtenção de provimentos jurisdicionais favoráveis – tanto provisórios quanto definitivos –, bem como cobrando da Funai uma posição administrativa que cumprisse as decisões proferidas, acompanhando de perto o processo demarcatório. Além disso, seriam selecionados dois casos emblemáticos, para acompanhamento mais próximo com a realidade dos procuradores que atuam na ponta, por meio de reuniões e caravanas.

O objetivo final consistiria em garantir que essa atuação fosse devidamente sistematizada e servisse de guia para novas ações coordenadas, a partir da definição de casos emblemáticos e

prioritários. Almejava-se, ainda, que o MPF estivesse pronto para decidir acerca de uma nova atuação coordenada na matéria.

O projeto foi submetido ao Comitê de Projetos, que pediu esclarecimentos quanto à realização das chamadas caravanas pela demarcação, tendo em vista os seus custos e a eventual possibilidade de o procurador natural realizar essa atividade.

Em reunião do Grupo de Trabalho, em 2015, optou-se por desistir, por ora, do projeto, na forma antes prevista, em razão dos custos, buscando-se, em vez disso, consolidar a formação do grupo, mediante articulação com a ponta, para que no futuro o projeto seja apresentado.

Para tanto, o grupo sistematizou informações sobre o cenário enfrentado pelos procuradores no país inteiro e pretende utilizar esses dados para desenvolver novas ações, coordenadas ou não.

METAS PARA 2016

- Realizar três reuniões em 2016, nos meses de abril, junho e setembro.
- Aprofundar estudos sobre casos, notadamente a partir do caso Raposa Serra do Sol.
- Cumprir as deliberações do Encontro Nacional.
- Aprofundar a interlocução com a Funai e cobrar medidas não adotadas.
- Abastecer a página da internet do GT Demarcação com modelos de atuações extrajudiciais (TAC, recomendações), ações judiciais, jurisprudência e artigos doutrinários.
- Acompanhamento pelo GT Demarcação, a pedido dos povos indígenas, dos procuradores naturais ou da 6ª CCR, das reuniões realizadas em Brasília/DF entre lideranças indígenas e autoridades públicas, quando a pauta referir-se à demarcação de terras indígenas.
- Produção, pelos membros do GT Demarcação, de artigos acadêmicos ou jornalísticos a respeito de terras indígenas.
- Principais temas a serem acompanhados pelo GT Demarcação durante 2016: a) andamento dos processos de demarcação de terras indígenas em curso, em todas as suas fases;

b) constituição de grupos técnicos pela Funai para a elaboração de estudos de identificação e delimitação de terra indígena, bem como da disponibilidade e empenho orçamentário nessa matéria, tendo em vista o grande número de terras indígenas pleiteadas sem providências por parte da autarquia indigenista; c) índios isolados e sua proteção territorial – portaria de restrição de uso e demarcação; d) desintrusão de terras indígenas ocupadas; e) gestão das terras indígenas e arrendamentos; f) laudos antropológicos; g) projetos de lei em curso que versam sobre interesses territoriais indígenas, especialmente a PEC 215, a PLP 227, a Portaria AGU 303 e a Portaria MJ que regulamenta o Decreto nº 1.775/1996.

2.3 GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA



GT Educação Indígena - 19/3/2015



GT Educação Indígena - 16/11/2015

COMPOSIÇÃO

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR
CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
HENRIQUE FELBER HECK
LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO
LUÍS DE CAMÕES LIMA BOAVENTURA
LUÍSA ASTARITA SANGOI
MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
NATÁLIA LOURENÇO SOARES (COORDENADORA)
PAULO GILBERTO COGO LEIVAS
THAÍS SANTI CARDOSO DA SILVA

CORPO TÉCNICO

LEONARDO LEOCÁDIO DA SILVA
ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ANTROPOLOGIA
PRISCILA LOMBARDI DA CRUZ
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

E-mail do GT: 6ccr_educacao@listas.mpf.gov.br

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 19 de março.
- 25 de agosto.
- 5 de setembro.
- 16 de novembro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

A partir das discussões e reuniões realizadas ao longo do ano de 2014, o GT apontou como prioridade, em 2015, o aperfeiçoamento do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tendo em vista o entendimento do grupo de que este instrumento não fornece dados confiáveis acerca da educação escolar indígena, e sem dados confiáveis nem a administração pode planejar a melhora da educação indígena, nem o Ministério Público Federal pode realizar um trabalho de qualidade para a melhoria da educação escolar indígena.

Assim, foi elaborado pelo GT o projeto “MPF em Defesa da Educação Indígena”, cujas finalidades consistem em: desenvolver um diagnóstico que avalie os formulários, a metodologia e os resultados obtidos pelo Censo do Inep em 2014, naquilo que tangencia a questão indígena; alcançar melhorias na educação indígena pela eficiente fiscalização das políticas públicas e recursos destinados às escolas indígenas; promover, na implementação de políticas públicas, a consolidação de uma educação diferenciada para os grupos indígenas, em especial, a partir de dados confiáveis sobre a realidade específica dos povos indígenas; fornecer instrumentos para a atuação dos membros, de forma a possibilitar a coordenação de ações em acordo com as diretrizes estratégicas da 6ª CCR; e organizar um sistema de assessoria ao membro, fornecendo diagnósticos e dados precisos, com o objetivo de auxiliar na instrução judicial e extrajudicial dos procedimentos relativos à educação indígena.

O projeto MPF em Defesa da Educação Indígena, aprovado no final de 2014 e executado a partir de 2015, como já apontado, objetiva avaliar o Censo Escolar naquilo que se refere à educação básica e ao ensino médio para populações indígenas.

Já há alguns anos, o Censo Escolar é o principal parâmetro para o planejamento e avaliação da educação no Brasil. No entanto, a realidade indígena guarda uma enorme diferença com relação à educação não indígena, o que faz com que os formulários utilizados para a coleta de dados e os procedimentos de preenchimento não expressem o cotidiano das escolas indígenas.

Dessa forma, o projeto escolheu fazer um amplo diagnóstico dividido em duas fases: a primeira avaliou os dados do Censo Escolar naquilo que se refere à educação indígena, a fim de ter um quadro geral das respostas declaradas. A segunda fase concentrou-se em avaliar a aplicação dos formulários Cadastro de Escola, Cadastro de Aluno, Cadastro de Turma e Cadastro Profissional Escolar em Sala de Aula.

Destaque-se que o Censo Escolar é uma pesquisa, mas, apesar das eventuais falhas metodológicas apresentadas, foi possível perceber um quadro crítico quando avaliamos os dados numéricos referentes à educação indígena, o que apontaremos a seguir.

Um dos pontos críticos do Censo Escolar é a ausência de definição de escola indígena – não existe uma pergunta direta se a escola é indígena, podendo gerar certa confusão conceitual, na medida em que a pergunta que indica a qualidade da escola está expressa em duas variáveis:

- a) Localização diferenciada da escola – Terra Indígena.
- b) Oferece educação indígena – Sim/Não.

Percebe-se, claramente, que a segunda reposta é mais inclusiva, envolvendo as escolas localizadas em terras indígenas independentemente da sua qualificação em termos de regularização, já que a primeira pergunta pressupõe que as terras indígenas estejam demarcadas. Porém, a ambiguidade dessas duas perguntas pode provocar certa confusão, na medida em que escolas não indígenas podem ofertar conteúdos referentes à educação indígena não sendo escolas indígenas.

A raiz dessa confusão pode também implicar equívocos de implementação de políticas públicas, já que o Censo é referência para descentralização de recursos em vários programas governamentais. A merenda escolar é um bom exemplo dessa situação, pois o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) afirma utilizar a pergunta 45 como parâmetro de classificação das escolas indígenas, o que exclui as escolas que estão em terras indígenas ainda em identificação, ou mesmo as já delimitadas.

A regulamentação das escolas, no entanto, é um dos principais elementos para descentralização de recursos e mesmo para a contratação de professores, pois garante um espaço de existência das escolas dentro do quadro administrativo dos estados e municípios. Por consequência, é por meio da regulamentação que ocorre a aprovação dos projetos políticos pedagógicos, o que garante a especificidade da educação indígena por instituir planos de ensino diferenciados.

Em termos de dados, pode-se observar que apenas 54,4% das escolas indígenas no Brasil encontram-se regulamentadas, sendo que 29,9% alegam que estão com a documentação em tramitação e 15,62% não estão regulamentadas.

Em termos de infraestrutura, os dados apresentam sérios problemas, visto que 938 escolas não possuem prédio próprio, 479 funcionam em local improvisado, como galpão, rancho, paiol ou barracão. Além disso, observa-se que o abastecimento de água e energia indica uma enorme vulnerabilidade. Das 3.138 escolas, 290 funcionam sem abastecimento de água, 58,4% das escolas não consomem água filtrada, sendo que 1.404, ou seja, 44,7% das escolas indígenas consomem água de rios, igarapé, riachos e córregos. Já em termos de abastecimento de energia elétrica, 41% das escolas em todo o país não possuem energia.

Ademais, sobre a educação intercultural, verificou-se que, a despeito de a legislação referente à educação indígena quebrar o paradigma assimilacionista e buscar alcançar uma educação intercultural, das 3.138 escolas existentes, apenas 67,4% são bilíngues, o que não significa, necessariamente, que haja um ensino na língua nativa, pois apenas 259 escolas, ou seja, 8% das escolas ensinam dessa forma. Esse dado se soma à ausência de material didático específico – 51% das escolas não contam com qualquer material didático para ensinar a educação indígena.

A avaliação da metodologia e dos dados brutos do Educacenso, cuja consequência foi a elaboração de relatório técnico, permitiu a obtenção dos subsídios necessários para as visitas de campo.

Já na segunda fase do diagnóstico, procurou-se analisar a forma com que se deu o preenchimento dos formulários utilizados no Censo Escolar, o que fez com que uma equipe de antropólogos e auditores do TCU visitasse três terras indígenas, a fim de ter uma pequena amostra e efetivar o cruzamento de dados.

Ao todo, foram visitadas 32 escolas indígenas, sendo 22 no Amazonas (19 escolas indígenas dos municípios São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Tabatinga e 3 escolas nos municípios de Amaturá e Santo Antônio de Itá), 3 no estado de Mato Grosso (Nambikwara), todas no município de Comodoro, e 7 no estado de Pernambuco (Xucuru), todas no município de Pesqueira. Além disso, foram ouvidas 6 secretarias estaduais de educação.

Em campo, a equipe pôde observar que os formulários estavam longe de retratar as escolas indígenas. O preenchimento dos dados, na maior parte das escolas visitadas, ficou concentrado nas secretarias de educação do município ou do estado, já que poucas escolas contam com energia e o formulário tem de ser encaminhado via internet.

Vários professores, alunos e gestores nunca tiveram contato com as perguntas formuladas, mostrando-se surpresos com a existência do formulário. Mesmo aqueles gestores que já ha-

viam tido contato demonstraram incompreensão das perguntas, o que indica a falta de instrução e clareza do instrumento escolhido pelo Inep além de falta de adaptação em termos de linguagem a fim de superar barreiras culturais e linguística.

Ademais, foi constatado que dados sobre infraestrutura são também frágeis. Dezenas de escolas funcionavam em casas cedidas pelas famílias indígenas, na forma de escolas anexas. Entre os Nambikwara, das seis escolas existentes, todas estavam em situação precária. Porém no Censo constava a existência de apenas uma escola. A escola declarada no Censo já havia sido desativada há dois anos e as demais escolas não foram declaradas, constavam apenas como potenciais salas de aula da escola inativa. Ou seja, quase nenhum dado constante no Censo se referia à realidade encontrada.

A contratação de professores é um dos problemas mais comuns e mais recorrentes. Considerando as escolas visitadas, a totalidade dos professores em atividades atuava por meio de contratados temporários.

Enquanto em Pernambuco os contratos são efetuados por uma seleção local precária, que contava com a participação das comunidades e lideranças Xucuru, tendo interrupção em seus salários nos entreperíodos letivos (férias), em Mato Grosso e no Amazonas os processos de seleção são ainda mais precários, sem a participação das comunidades locais e sem critérios que atentem para a diversidade do grupo.

A ausência de uma educação intercultural diferenciada e a falta de estrutura adequada, principalmente de merenda escolar, aliadas à pouca quantidade de escolas indígenas de ensino médio vêm provocando evasão de alunos indígenas para centros urbanos. Esse fenômeno foi sensivelmente observado nas escolas visitadas, porém pouco se encontra refletido nos dados do Censo Escolar, na medida em que os números referentes à quantidade de matrículas não são de total confiança.

Na prática, existe um sub-registro de alunos, em decorrência da precária oferta de educação, ou seja, é comum a existência de alunos não matriculados, por não estarem em idade escolar, ou mesmo alunos que já ultrapassaram a idade escolar para o ensino fundamental estarem frequentando as escolas, sendo alunos “irregulares”.

Dentre outras questões que foram constatadas, uma chamou atenção da equipe: a ausência de utilização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), diferenciado para as escolas das comunidades indígenas.

Após as visitas de campo e a elaboração de novos relatórios técnicos, as conclusões preliminares foram apresentadas em reuniões com o MEC, o Inep e o FNDE.

Ademais, o GT educação indígena organizou o Seminário “Visões e Desafios da Educação Intercultural no Brasil” (26 a 28 de agosto de 2015) com a finalidade de discutir educação indígena, bem como apresentar e debater os resultados preliminares do projeto com órgãos governamentais, organizações e lideranças indígenas para a construção de plano de soluções alternativas.

Na plenária final do seminário foram tomadas as seguintes deliberações:

- Pela necessidade de realização de um censo escolar específico e diferenciado sobre educação escolar indígena no Brasil no menor prazo possível.
- Pela necessidade de adaptações e correções do Educacenso frente às especificidades da educação escolar indígena, tais como:
 - a) inclusão do conceito de etnia para identificar alunos e professores, por considerar que o conceito raça não abarca a especificidade dos povos indígenas;
 - b) inclusão do conceito de escola indígena; e
 - c) dados por unidade, incluindo as escolas anexas e salas anexas.
- Pela necessidade de elaboração de instruções específicas e diferenciadas para o preenchimento dos dados.
- Pela publicização de todos os dados do censo na internet.
- Pela revisão dos planos estaduais e municipais da educação a partir de consulta dos povos indígenas.
- Pela estimulação de elaboração dos protocolos de consulta de cada povo indígena.
- Pela estimulação do fortalecimento do controle social local.
- Pela estimulação criação dos conselhos de educação indígenas e a presença de indígenas

nos conselhos de educação dos estados e municípios.

- Pela necessidade de requerimento ao Fundo Nacional de Educação da lista de obras de escolas indígenas paralisadas e atrasadas e seu encaminhamento imediato ao Tribunal de Contas da União e às unidades do Ministério Público Federal responsáveis, para a tomada de medidas.
- Pela recomendação ao Ministério da Educação de desenvolvimento de base de dados paralela referente às escolas indígenas que poderá ser confrontada com o Educacenso.
- Pelo estabelecimento de um projeto do Ministério Público Federal para acompanhamento da educação escolar indígena.
- Pela necessidade de reestruturação e empoderamento da coordenação escolar indígena no Ministério da Educação, nos estados e nos municípios.
- Pela necessidade de realização de reunião com o Consed para apresentar os encaminhamentos do seminário.
- Pela necessidade de identificação das escolas com piores condições de estrutura, por região, para que sejam tomadas providências.
- Pela necessidade de estimular a presença dos membros e/ou servidores do Ministério Público nas reuniões dos conselhos estaduais de educação indígena ou a implementação do próprio Conselho, nos estados em que ele ainda não existir.
- Pela necessidade de atuação conjunta com Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas dos estados para criação de carreira e realização de concurso para professor indígena, aproveitando para estabelecer preceitos legais sobre escola indígena, obrigação de capacitação e outras questões.
- Pela necessidade de promoção de inserção de indígenas na gestão da educação escolar indígena.
- Pela necessidade de mapear as principais omissões do MEC/SEDs, relativas a obrigações já regulamentadas e não implementadas.

Por fim, foram obtidos os seguintes resultados a partir do trabalho do GT Educação no ano de 2015:

- Disponibilização de todos os relatórios e documentos elaborados pelo projeto em página específica: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/projetos>>.
- Expedição de recomendação ao Inep para aprimoramento do Educacenso e desenvolvimento de outros instrumentos para obtenção de dados fidedignos referentes à educação indígena e realização de reunião no Inep para tratar sobre a recomendação (1º de dezembro de 2015).
- Participação, para tratar dos resultados do projeto, do I Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (1º de dezembro de 2015); da 2ª Reunião Ordinária em 2015 da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) (1º de dezembro de 2015); e do Seminário de Educação Escolar Indígena da Amazônia Legal (1º de dezembro de 2015).
- Interlocução com o FNDE, para desenvolvimento de instrumentos efetivos de monitoramento do PNAE diferenciado, e com o MEC, para aprimoramento das formas de obtenção de dados da educação indígena.
- Disponibilização para membros e servidores do MPF do Sigeo – mapa interativo que compara e monitora a situação declarada no Educacenso e a atuação do MPF por meio do seguinte atalho: <<https://portal.mpf.mp.br/areas-tematicas/camaras/populacoes-indigenas-e-comunidades-tradicionais/sigeo>>.

METAS PARA 2016

Diante do exposto, o GT Educação Indígena, a fim de alcançar os seus objetivos, tem como plano de ação para o ano de 2016 as seguintes metas:

Finalização da primeira fase do projeto “MPF em Defesa da Educação Escolar Indígena”:

- a) acompanhamento da Recomendação expedida ao Inep;
 - b) retorno às comunidades visitadas nas pesquisas de campo do projeto.
- Intersecção entre o trabalho do GT Educação Indígena e o GT Educação da PFDC.

- Interlocução com o FNDE para aprimoramento dos sistemas de controle a fim de garantir que os recursos do PNAE diferenciados sejam efetivamente utilizados para garantir a merenda dos estudantes indígenas.
- Parceria com o TCU para viabilização da transparência de dados do Educacenso e para a fiscalização de obras paralisadas (em especial escolas).
- Elaboração da segunda fase do projeto MPF em Defesa da Educação Escolar Indígena.

2.4 GRUPO DE TRABALHO QUILOMBOS



COMPOSIÇÃO

ANTÔNIO MÁRCOS DA SILVA DE JESUS
CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER
LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO
LILIAN MIRANDA MACHADO
LUCAS AGUILAR SETTE
MARIA LUIZA GRABNER (COORDENADORA)
NATHÁLIA MARIEL FERREIRA DE SOUZA PEREIRA
ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA
TICIANA ANDREA SALES NOGUEIRA
WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG

CORPO TÉCNICO

ANDRÉA LIMA TITO PEREIRA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

GT Quilombos - 17/4/2015

E-mail do GT: 6ccr_quilombos@listas.mpf.gov.br

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 17 de abril.
- 2 e 3 de setembro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

1. O Grupo de Trabalho de Quilombos realizou três (3) reuniões ordinárias e a coordenadora do GT participou de sete (7) eventos representando o GT Quilombos e a 6ª CCR, a saber:

- Reunião do GT Quilombos – 17 de abril de 2015 (Brasília).
- Reunião do GT Quilombos – 2 de setembro de 2015 (Brasília).
- Reunião do GT Quilombos – 3 de setembro de 2015 (Brasília).

- Reunião entre a coordenadora do GT Quilombos e a gerente substituta do Projeto do GT Quilombos intitulado “Manual de Atuação: Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas” – 21 de julho de 2015 (São Paulo).
- Participação da coordenadora do GT Quilombos no X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – 4ª etapa – em março de 2015, sobre o tema “Índios e Minorias – Outros Povos Tradicionais – Quilombolas e Ciganos” – (Brasília).
- Participação da coordenadora do GT Quilombos no Seminário conjunto da 4ª e da 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF intitulado “Aspectos Jurídicos da Convergência entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental” falando sobre o tema “Direitos Territoriais, Dupla Afetação e Gestão Compartilhada”, em Belo Horizonte/MG.
- Participação da coordenadora do GT no “Seminário Terras Quilombolas e Unidades de Conservação”, representando a 6ª CCR/MPF em Alter do Chão (Santarém/PA), a convite da Comissão Pró-Índio de São Paulo, nos dias 27 e 28 de outubro de 2015.
- Participação da coordenadora do GT no “Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina. Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos”, ocorrido no Quilombo do Campinho, Paraty/RJ, em 9 e 10 de abril de 2015;
- Participação da coordenadora do GT Quilombos no “II Seminário sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação: Desafios à Tutela Territorial”, ocorrido em Registro/SP, no dia 11 de dezembro de 2015.
- Participação da coordenadora do GT Quilombos no “VII Sapis (Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social)”, ocorrido em 4 de novembro de 2015, na UFSC, em Florianópolis/SC.

OBS.: na reunião de 2 de setembro de 2015 foram noticiadas pela coordenadora do GT alterações na assessoria técnica (jurídica, administrativa e antropológica) do GT Quilombos, com a entrada da servidora Andréa Lima Tito Pereira no lugar da servidora Simone Tabet; com a saída do servidor César Baldi, assessor jurídico da 6ª CCR; e com a saída da antropóloga Ângela Batista, que assessorava o GT desde a sua formação. A alteração e redução do quadro de assessores gerou descontinuidade no acompanhamento das atividades do GT Quilombos. Em razão disso, foi sugerido pelo membro Walter o encaminhamento de ofício à Secretaria de Apoio Pericial do MPF

com solicitação de disponibilização de assessoria antropológica permanente ao GT Quilombos.

2. Andamento do ICP nº 1.00.000.000991/2010 instaurado em 18 de novembro de 2009 para apurar a situação geral das políticas públicas destinadas à garantia do direito à terra das comunidades quilombolas no Brasil: fases e encaminhamentos. Foi sugerido pela coordenadora do GT e acatado pelo grupo que se promovia o arquivamento do referido ICP, que cumpriu seus objetivos iniciais, sem prejuízo da instauração de procedimentos específicos para as questões que ainda mereçam acompanhamento decorrente de desdobramentos das apurações ocorridas no referido inquérito. Foi sugerido pelos membros a instauração de PAD para os seguintes assuntos: a) acompanhamento da elaboração de RTIDs (pregões do Incra, convênios, qualidade dos laudos etc.); b) CCAF-CGU/AGU – (Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal), objetivando o acompanhamento e eventuais providências para o seu eficiente funcionamento, ressaltando-se que a relatoria desde já fica a cargo do Dr. Lucas Sette, que já se debruçou sobre o assunto anteriormente; e c) acompanhamento do orçamento quilombola.

3. Sobreposições de Territórios Tradicionais e Unidades de Conservação: relembre-se que as apurações no bojo do ICP nº 1.00.00.000991/2010-55 antes referido revelaram o número significativo de procedimentos relativos aos territórios quilombolas paralisados no Incra e em outros órgãos do governo federal, tais como a Câmara de Conciliação da AGU e Casa Civil (CCAF). As providências tomadas pelo GT Quilombos foram várias e estão contempladas nos relatórios do GT dos anos anteriores. Todavia, especificamente em relação às sobreposições de territórios tradicionais com unidades de conservação ambiental, fonte de controvérsias entre o Incra/MDA e o ICMBio/MMA, necessário se fazia o estabelecimento de uma estratégia conjunta pelas 6ª e 4ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, sem prejuízo do entendimento do GT de que os processos administrativos de demarcação de territórios quilombolas deveriam ter seguimento no Incra, independentemente das tratativas em curso perante a CCAF (o que foi, inclusive, considerado prioritário conforme planejamento do GT para 2015). Como resultado dos entendimentos mantidos entre as coordenadoras da 6ª e da 4ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, Dra. Deborah Duprat e Dra. Sandra Cureau, foi realizado o Seminário “Convergências entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental, em Belo Horizonte/MG, nos dias 14 e 15 de outubro de 2015, ocasião em que foi deliberada a “Carta do Seminário” contendo conclusões acatadas por todos os procuradores participantes, no sentido de compatibilizar os direitos humanos em jogo, aspiração dos colegas que enfrentam tais questões conflituosas no dia a dia de suas atuações, municiando-os com argumentos que servirão tanto para a atuação extrajudicial, v.g., acompanhamento da tramitação dos procedimentos na CCAF, quanto para a atuação judicial, quando esta se mostrar necessária.

4. Orçamento Quilombola: foi solicitado pelo GT Quilombos ao analista pericial em Economia da 6ª CCR/MPF, Fernando Sanchez de Souza, que desse seguimento, em 2015, ao acompanhamento das ações previstas no Programa Brasil Quilombola e/ou Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, ambos vinculados à unidade orçamentária do Incra, de interesse para o ICP nº 1.00.00.000991/2010-55 ou eventual procedimento que vier a ser instaurado para esse fim específico, conforme referido no item 2 supra. Para tanto, foram elaboradas as Informações Técnicas (ITs) nº 003/2015 e nº 004/2015. Tal seguimento já ocorrera nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 e permitiu a verificação do orçamento disponível, dos valores empenhados e efetivamente pagos em relação às ações de interesse do ICP denominadas “indenização” e “demarcação”. Importante lembrar que, a partir de 2014, a atualização dos dados orçamentários do Incra é realizada quinzenalmente pelo analista pericial em Economia da 6ª CCR acima nominado e estão disponibilizadas na página da Câmara (Caminho: endereço MPF internet, GT Quilombos, Orçamento Temático: LOA 2015 – Execução Orçamentária – Quilombos e Populações Tradicionais). Nesse passo, a IT nº 004/2015, de 2 de setembro de 2015, fez o levantamento da execução do orçamento referente ao Programa 2034, Ação 210Z, no período de 2013 a 2015. De mais importante, ressalta-se a seguinte passagem do relatório:

Em valores nominais, observa-se dos dados apresentados no Quadro 1 que os montantes dos orçamentos autorizados reduziram-se significativamente para os anos de 2013 e 2014 e para 2015 uma redução nominal um pouco menor no orçamento autorizado (R\$ 29.500.000). Entretanto, em consulta ao Tesouro Gerencial, conforme cópia no Anexo 2, até o mês de agosto de 2015 o valor de R\$ 21.096.752,00 encontra-se indisponível para a realização das despesas, ou seja, dos R\$ 29.500.000,00 autorizados somente foi disponibilizado R\$ 8.403.248,00, ou seja, 28,49% do orçamento autorizado, fato que eleva para -71,5% a variação percentual de redução no orçamento disponibilizado para a Ação 210Z (Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas).

Continuando, o referido relatório apresenta o percentual de execução do orçamento, que é o resultado do quociente entre o valor empenhado e o valor autorizado. Demonstra esse indicado que houve a execução de 98,34% do orçamento em 2014, e 97,08% do orçamento em 2013, em 2015 até o mês de agosto foram executados somente 10% para a ação 210Z suprarreferida. É bem verdade que a consulta aos dados orçamentários do Incra – Exercício 2015 – Programa 2014 – Ação 210Z, constante do site da 6ª CCR (GT Quilombos-Orçamento Temático), **a situação melhorou um pouco até o final de 2015, com um percentual de execução do orçamento em 54,14%**, resultado do quociente entre o valor empenhado – R\$ 15.971.768,99 – e o valor autorizado – R\$

29.500.000,00. Enfim, mesmo com essa melhora nos últimos quatro meses de 2015, o percentual de execução ficou bem abaixo dos anos de 2013 e 2014, o que já é bastante preocupante. **No entanto, notícias ainda mais alarmantes nos dão conta de um rebaixamento de 80% das verbas federais destinadas à titulação de territórios quilombolas em 2016, o que perfaz um orçamento de cerca de 5 milhões de reais apenas¹.** A serem confirmadas tais informações, a questão orçamentária consistiria em meta prioritária do Plano de Ação para 2016 do GT Quilombos.

5. Cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre territórios quilombolas: foi distribuído ao Dr. Walter Claudius Rothenburg o Procedimento 5.528/2012, que trata da cobrança de ITR/IPTU sobre territórios quilombolas, tendo sido por ele formulado pedido de arquivamento, com a concordância da coordenadora do GT, tendo em vista a edição da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que conferiu isenção tributária para as terras rurais quilombolas. Quanto ao IPTU, alegou que já há material sobre o assunto no site da 6ª Câmara, além de que o tema será abordado no *Manual de Atuação sobre Direitos Territoriais das Comunidades Quilombolas* ora em elaboração pela equipe do projeto respectivo. Sem prejuízo, eventuais questões concretas que surgirem deverão aparelhar procedimentos específicos e locais, nada obstante possam contar com o apoio do GT, a critério do procurador natural. A propósito, em reunião do GT realizada em 3 de setembro de 2015, o GT recebeu a notícia do antropólogo Olympio Serra a respeito da cobrança do IPTU na Ilha de Boipeba, que é administrada pelo município de Cairu/BA. A antropóloga Deborah Stucchi também noticiou caso análogo ocorrente no Quilombo do Carmo, em São Roque/SP. As providências que o GT entendeu oportunas tomar em relação ao caso estão relatadas na respectiva ata.

6. Manuais de Atuação do GT Quilombos: cumprindo a meta 4 do Plano de Ação do GT Quilombos para o ano de 2015, deu-se início à execução de um dos projetos finalísticos propostos pelo GT, a saber: i) *Manual de Atuação: Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas*, estando o ii) *Manual de Atuação: Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas*, ainda pendente de análise por seu gerente. A previsão de término para outubro de 2015 para o primeiro manual mostrou-se irreal, tendo em vista as inúmeras atribuições a cargo da equipe de membros, dificuldades de deslocamento para reuniões e alteração/redução da assessoria do GT, como referido no item 1. *Observação*, de modo que, além da prorrogação deferida para julho de 2016 (vide Portaria PGR/MPF nº 920/2015), nova readequação fez-se necessária com sugestão de término para outubro de 2016, já encaminhada ao Escritório de Projetos, via 6ª CCCR/MPF. Pela gerente subs-

¹ PRIOSTE, Fernando G. V. **Corte na carne negra:** Política de titulação de territórios quilombolas tem encolhimento orçamentário de 80% em 2016.- Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/?cat=2945>>. Acesso em: 22 fev. 2016>.

tituta do Projeto, Deborah Stucchi, foi apresentado o Parecer nº 38, de 27 de julho de 2015, sobre o primeiro manual, *“Projeto sob código P0078 – intitulado ‘Manual de Atuação: reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas. Portaria PGR/MPF nº 462, de 16 de junho de 2015, que autoriza a realização do trabalho e designa os membros da equipe’*”. O objetivo do referido parecer foi registrar as deliberações de reunião ocorrida em 21 de julho de 2015 entre a coordenadora do GT e gerente do Projeto e a gerente substituta Deborah Stucchi. Na ocasião, foi apresentado um plano do projeto com os tópicos temáticos, sugeridos os coordenadores temáticos, bem como os responsáveis pela redação dos temas e, ao final, proposto cronograma de trabalho. Na reunião do GT Quilombos do dia 2 de setembro de 2015, no período da tarde, foi feita a apresentação da estruturação do Manual de Atuação sobre o Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas pela gerente Maria Luiza Grabner e pela gerente substituta Deborah Stucchi. Houve apresentação dos textos já minutados pelos membros do GT; atribuição dos temas ainda em aberto; avaliação da pertinência de novos temas propostos; definição de novos prazos a serem submetidos ao Comitê de Projetos; e esclarecimento de dúvidas quanto aos aspectos formais dos textos, entre outros assuntos de interesse. Deixa-se aqui registrado que, por meio da Portaria PGR/MPF nº 920, de 5 de novembro de 2015, foi autorizada a alteração na composição da equipe do projeto, designando os membros Alexandre Silva Soares e Livia Nascimento Tinoco para integrá-la, bem como os servidores Karina Costa Recedive e Fernando Sanchez de Souza. Tornou, de outro lado, sem efeito as designações do procurador da República Antonio Marcos da Silva de Jesus, bem ainda dos servidores Cesar Augusto Baldi e Monique Ganime Ferraz. Prorrogou ainda a data de conclusão do projeto para 5 de julho de 2016, data anteriormente sugerida pelo GT e novamente prorrogada, conforme antes já informado.

7. Outras questões com acompanhamento contínuo do GT Quilombos:

- **Julgamento da ADI-3239 perante o Supremo Tribunal Federal:** o GT vem acompanhando desde o início a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo então Partido da Frente Liberal (PFL – hoje Democratas-DEM) no intuito de invalidar o Decreto nº 4.887/2003 que regulamentou o “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos” de que trata o art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Há estudos e pareceres realizados por procuradores da República membros do GT Quilombos já disponibilizados no site da 6ª CCR/MPF com o fim de subsidiar a atuação do MPF nas várias instâncias em que as questões trazidas pela ADI se colocam. Após o voto do Relator, o então ministro Cezar Peluso, julgando procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, modulando os efeitos dessa declaração, nos termos do

seu voto, pediu vista dos autos à ministra Rosa Weber, que, por sua vez, conheceu da ação direta e a julgou improcedente. **Presentemente, a ação encontra-se com vista ao ministro Dias Toffoli, desde 1º de julho de 2015, conforme pesquisa realizada no site do STF em 25 de fevereiro de 2016.**

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2007**, que “susta a aplicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, de autoria do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC). **Posição: Arquivada (art. 105 do Regimento Interno – Encerrado o prazo para desarquivamento em 31 de julho de 2015).**

- **Projeto de Lei nº 1.836/2011**, que restringe o atual conceito existente no Decreto nº 4.887/2003 envolvendo a extensão da ocupação e o critério da autoatribuição da condição de remanescente de quilombo. Foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 31 de janeiro de 2015, mas desarquivado pela mesma Mesa em 13 de fevereiro de 2015.

- **Projeto de Emenda Constitucional PEC 215/2000**, que transfere para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas, quilombolas (**PEC nº 161/2007 apensada à PEC 215**) e de Unidades de Conservação Ambiental (PEC 291/2008, apensada à PEC nº 161). O GT Quilombos e a ANPR acompanham a tramitação das referidas PECs.

METAS PARA 2016

1) Realizar ao menos quatro reuniões ordinárias: duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre, em datas a serem oportunamente acordadas entre os membros, procurando compatibilizá-las, na medida do possível, com os Encontros da 6ª CCR, nacional e regionais. Diante do corte de gastos que o MPF vem enfrentando, será dada prioridade às videoconferências e a outros mecanismos de comunicação a distância.

2) *Ad referendum* da coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, a fim de promover o arquivamento do ICP nº 991/2010 sobre a garantia dos territórios quilombolas, instaurando-se procedimentos específicos para acompanhamento das questões que exigem seguimento contínuo, especialmente no tocante ao orçamento quilombola, que sofreu cortes substanciais para o ano de 2016; ao pregão para contratação de Relatórios Antropológicos pelo Incra; aos processos na CCAF/CGU/AGU, dentre outros julgados pertinentes.

- 3) Dar continuidade à maior aproximação entre a 6ª CCR e a 4ª CCR no tocante aos casos de sobreposição de territórios tradicionais com unidades de conservação ambiental de proteção integral, que se mostrou extremamente profícua por ocasião da realização do seminário conjunto da 4ª e 6ª Câmaras, intitulado “Aspectos Jurídicos da Convergência entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental”, em Belo Horizonte/MG, nos dias 14 e 15 de outubro de 2015. Do referido evento resultou a “Carta do Seminário” contendo conclusões acatadas por todos os procuradores participantes, no sentido de compatibilizar os direitos humanos em jogo.
- 4) Executar os Projetos Finalísticos propostos pelo GT Quilombos, a saber: i) *Manual de Atuação: Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidades Quilombolas*; ii) *Manual de Atuação: Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas*. Término previsto, após prorrogação, em outubro de 2016.
- 5) Buscar a efetivação dos benefícios previdenciários e assistenciais às comunidades quilombolas, no INSS.
- 6) Acompanhar as políticas públicas voltadas à educação quilombola.
- 7) Apresentar prestação de contas anual pública da atuação do GT no início de dezembro e elaboração de plano de ação para o ano de 2017 na última reunião do grupo.
- 8) Estreitar os contatos com o GT Comunidades Tradicionais, da 6ª CCR, e também com os GTs Grandes Empreendimentos e Regularização Fundiária das Unidades de Conservação, ambos da 4ª CCR, tendo em vista os direitos fundamentais envolvidos, de interesse comum.
- 9) Procurar manter a participação do GT Quilombos no Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) para os novos procuradores da República, ministrado pela ESMPU, de modo a tornar conhecida a temática quilombola aos novos integrantes da carreira.

2.5 GRUPO DE TRABALHO SAÚDE INDÍGENA



GT Saúde Indígena - 4/3/2015

E-mail do GT: 6ccr_saude@listas.mpf.gov.br

COMPOSIÇÃO

ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN
DANIEL LUIS DALBERTO
EMERSON KALIF SIQUEIRA
GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA (COORDENADOR)
JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA
JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR
RICARDO PAEL ARDENGI

CORPO TÉCNICO

RAÍSSA MARTINS PINHEIRO
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 4 de março.
- 19 de novembro.

OBJETIVOS

- Apoiar a atuação dos membros do Ministério Público Federal, respeitados os princípios da independência funcional e da unidade institucional.
- Articular ações no plano nacional, respeitados os princípios da independência funcional e da unidade institucional.
- Elaborar enunciados sobre questões envolvendo saúde indígena, que servirão de referência e orientação para a atuação dos membros do Ministério Público Federal.
- Escolher temas prioritários em seu âmbito de atuação, que deverão receber atenção especial, visando à solução dos problemas que estejam afetando as populações indígenas.

- Analisar as implicações jurídicas dos convênios com organizações não governamentais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

1. Introdução

O Grupo de Trabalho Saúde Indígena (GTSI) foi regulamentado pela Portaria nº 01/2012, de 29 de agosto de 2012. No exercício de suas atribuições, o GTSI pode, ainda, escolher temas prioritários no seu âmbito de atuação, visando à solução dos problemas que estejam afetando as populações indígenas.

2. Temas acompanhados durante 2015

Foram objeto de acompanhamento pelo GT, em 2015, os seguintes temas:

2.1 Processo de execução para cumprimento do acordo judicial para realização do concurso para os cargos de profissionais de saúde indígena

Como desdobramento das reuniões realizadas desde o ano de 2012, foi ajuizada, pelo Ministério Público do Trabalho, com acompanhamento de todas as etapas pelo Grupo de Trabalho, a execução do Termo de Conciliação Judicial, visando obrigar a União ao cumprimento da realização do concurso público para contratação de profissionais de saúde indígena. O processo, todavia, foi suspenso, com fim de se buscar conciliação entre as partes envolvidas. Apesar de todos esforços da 6ª CCR e do MPT para a solução da questão, a União persiste descumprindo o acordo judicial. Foram realizadas três reuniões com a procuradora do Trabalho responsável pelo feito. Após as tratativas, foi deliberado pelo prosseguimento da execução. No dia 25 de novembro de 2015, foi protocolizada petição, conforme acordado, devendo a ação de execução seguir seu trâmite ordinário.

2.2 Criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena

No segundo semestre do ano de 2014, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) comunicou proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), a ser constituído como serviço social autônomo, ou seja, pessoa jurídica de direito privado, o que surge como alternativa do governo para não cumprir o Termo de Conciliação Judicial (TCJ) firmado perante a Justiça do Trabalho. Como benefícios da criação de tal ente, a Sesai apresenta facilidade de

contratação de profissionais, sem a necessidade de concurso público, e a maior agilidade de aquisição de medicamentos e insumos para atividades de saúde indígena, sem necessidade de observância da Lei nº 8.666/1993.

De acordo com a própria apresentação do governo:

a proposta de um novo modelo de gestão da saúde indígena pretende dar mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas. O projeto idealizado pelo Ministério da Saúde – em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – ficará responsável pela execução das ações que integram a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) definida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.²

Visualizando diversos problemas na proposta, o GTSI elaborou, no dia 8 de setembro de 2012, com o Ministério Público do Trabalho, Nota divulgada no dia 9 de setembro de 2014, e disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/destaques-do-site/6a-camara-de-coordenacao-e-revisao-divulga-nova-nota-publica-sobre-a-criacao-do-insi>>. Dentre os itens abordados, demonstrou-se que: a proposta representaria retrocesso nas conquistas já alcançadas do Sistema Único de Saúde (SUS); significaria privatização da execução saúde indígena, o que viola a Constituição da República de 1988; o modelo poderia suscitar alegações de falta de atribuição do MPF para investigar temas relativos a improbidade e crimes; fragilizaria o controle social; a proposta não havia sido tratada na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena; as premissas que fundavam a proposta seriam falsas, seja acerca dos moldes em que deveria o concurso público ser realizado, seja nas supostas vantagens trazidas pelo INSI; e, por fim, não teria sido submetida à consulta prévia, livre e informada, conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A publicação da Nota em tempo hábil impediu a imediata aprovação da proposta pelo Conselho Nacional de Saúde, que deliberou pelo adiamento de análise, exigindo a presença dos presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisis) contrários à proposta – que não se encontravam presentes na oportunidade –, além de realização de oficina.

No intuito de garantir o adequado debate entre o MPF e os diversos Condisis, o GTSI expediu ofício

² Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/14416-insi>>. Acesso em: 20 jan. 2015, às 14h46.

circular aos procuradores com atuação na matéria para que dialogassem com os órgãos de controle social, apresentando os diversos problemas da criação do INSI nos moldes propostos pela Sesai.

A pronta atuação da 6ª Câmara e do GTSI fomentou o debate e os estudos acerca da proposta, impedindo a aprovação sem transparência, conforme se descortinava.

No ano de 2015, o GTSI continuou o acompanhamento das medidas utilizadas pelo governo para criação do INSI, que indicava a intenção de elaboração de medida provisória ou de envio de projeto de lei sob regime de urgência. Em 11 de novembro de 2015, foi enviado Projeto de Lei 3.501/2015, “que autoriza o Poder Executivo federal a instituir o serviço autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena”. Como se previa, o projeto de lei recebeu regime de tramitação prioritária e se encontra atualmente sob apreciação da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP), tendo como relator designado o deputado Benjamin Maranhão.

O GTSI manifestou preocupação acerca do projeto na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Procuradoria-Geral da República, que tem acompanhado todos os andamentos do projeto.

Na reunião ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2015, o Grupo de Trabalho deliberou por elaborar uma Nota Técnica sobre o Instituto e remetê-la à Câmara dos Deputados. A Nota está em fase de elaboração e deve ser enviada, via SRI, no início do ano de 2016.

2.3 Controle Social

Na primeira reunião ordinária do GTSI, realizada em 4 de março de 2015, ficou definido que o foco da atuação do grupo seria o fortalecimento do controle social na saúde indígena, sem apresentação imediata de projeto finalístico. Como medida inicial, foram expedidos ofícios aos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisis), requisitando informações referentes a regimento interno; planos distritais; composição (especificando se há conselheiros na cota dos usuários que são também trabalhadores do DSEI); reuniões de 2014 previstas e realizadas, as então previstas para 2015 e se havia representação dos indígenas no Conselho Estadual de Saúde; forma de eleição dos conselheiros e presidente do Condisi; e se houve prestação de contas e a data referente a ela, com envio da ata.

A partir das respostas, o Grupo de Trabalho consolidou todas as informações referentes aos Condisis que já responderam, criando campo no próprio site da 6ª CCR (atualmente já se têm dados de 29 dos 34 conselhos). A sistematização das informações na página da internet, de for-

ma acessível, torna-se uma importante ferramenta para os procuradores naturais na atuação relacionada à saúde indígena, especialmente quanto aos instrumentos de controle social.

Com base nas respostas, foi possível identificar que diversos Condisis sofrem dos mesmos problemas, tais como composição inadequada de conselheiros, falta de estrutura, insuficiência de recursos para realização de reuniões locais e regionais e execução de suas funções, falta de capacitação, entre outros.

Está em fase de elaboração minuta de recomendação para envio aos procuradores naturais, a fim de se buscar soluções quanto aos problemas apurados a partir dos dados, desde que identificado que se trata de problema de todos, ou da maioria, dos Condisis, ficando as falhas isoladas para apreciação do membro com atuação. Também está em fase de elaboração recomendação a ser enviada diretamente à Sesai, para que garanta maior transparência quanto a esses dados.

No próximo ano, tem-se como objetivo primordial aprimorar a disposição das informações, realizar uma análise crítica sobre os resultados, bem como definir a melhor forma de sua utilização, a partir de atuações coordenadas (modelos de recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas).

METAS PARA 2016

1) Reuniões Ordinárias: o GTSI realizará três reuniões ordinárias em 2016, com previsão para os meses de março, julho e novembro. A reunião prevista para março terá como objeto de discussão os dados acerca dos Condisis já colocados no sítio eletrônico, forma de apresentação e possíveis utilizações para fortalecimento do controle social. Discutir-se-ão modelos de atuação a partir dos problemas apurados, bem como ações coordenadas. Ademais, como continuidade, analisar-se-ão mecanismos para capacitação de procuradores da República, bem como dos conselheiros distritais de saúde indígena. Se possível, em parte da reunião estarão presentes representantes de outros órgãos, como Fundação Nacional do Índio (Funai), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), que possam auxiliar no trabalho de capacitação. Na mesma reunião, já se espera haver concluído o trabalho de atualização do Manual de Atuação, quando será possível discutir eventuais ajustes necessários e medidas finais para publicação. Na reunião prevista para julho de 2016, serão analisados os resultados das medidas tomadas a partir da primeira reunião ordinária, bem como de outros trabalhos necessários à continuidade do projeto para aprimoramento do controle social. Também nessa reunião será buscada a

participação de outros órgãos envolvidos na matéria. Por fim, na terceira reunião, prevista para novembro, serão analisados os resultados obtidos durante o ano e aprovado o Plano de Ação de 2017.

2) Conclusão e publicação de nova edição do *Manual de Atuação em Saúde Indígena*: tendo em vista que em 2015 não foi possível concluir a atualização do *Manual de Atuação Indígena*, em 2016 tem-se como meta prioritária a publicação da nova edição.

3) Temas que deverão ser acompanhados durante 2016:

a) o andamento do processo de execução para realização do concurso/processo seletivo para os cargos de profissionais de saúde indígena, e demais desdobramentos;

b) continuação do projeto para fortalecimento do controle social na saúde indígena, partindo dos dados já coletados no curso de 2015;

c) expedição de recomendações sobre controle social e transparência à Sesai, além envio de modelos de atuação para os procuradores naturais;

d) buscar parceiros para atuação na busca do fortalecimento do controle social em saúde indígena; e

e) elaboração de Nota Técnica para encaminhamento ao Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei nº 3.501/2015, “que autoriza o Poder Executivo federal a instituir o serviço autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena”, além de seu acompanhamento em todas etapas, realizando-se os contatos necessários com parlamentares.

2.6 GRUPO DE TRABALHO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E REGIME MILITAR

COMPOSIÇÃO

ANTÔNIO DO PASSO CABRAL
DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA
EDMUNDO ANTÔNIO DIAS NETTO JÚNIOR
JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR
MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA
MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
MARIA REZENDE CAPUCCI (COORDENADORA)
MARLON ALBERTO WEICHERT
MELINA ALVES TOSTES

CORPO TÉCNICO

ALINE ARANDA FREITAS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA
LEONARDO LEOCÁDIO DA SILVA
ANALISTA DO MPU/PERÍCIA/ANTROPOLOGIA

E-mail do GT: 6ccr_crimes_ditadura@listas.mpf.gov.br

REUNIÕES REALIZADAS EM 2015

- 13 de março.
- 18 de novembro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

O grupo de trabalho concentrou-se nas investigações referentes aos casos dos povos Krenak e Waimiri-Atroari, sem prejuízo do acompanhamento e apoio à atuação dos procuradores naturais em suas unidades, oferecendo assistência e articulação aos órgãos sediados em Brasília. Pode-se citar, por exemplo, a atuação das PRMs Barra do Garças (PR/MT) e Dourados (PR/MS), entre outras.

1. CASOS

1.1 WAIMIRI-ATROARI

A apuração da responsabilidade do Estado brasileiro pela morte dos indígenas da etnia Waimiri-Atroari, em razão da construção da Rodovia BR-174, segue sendo apurada pelo grupo, tendo entrado em sua fase final.

Além de serem colhidos diversos documentos, inclusive em contato com pesquisadores ligados ao Grupo *Tortura Nunca Mais*, realizaram-se, ao longo do ano, oitivas de sertanistas (José Porfírio de Carvalho, acesso ao acervo de Gilberto Pinto Figueiredo, por meio de sua família), missionários (Egydio Schwade) e trabalhadores da obra. Promoveu-se, também, diálogo com o professor Stephen Baines, da Universidade de Brasília.

Torna-se necessário dialogar mais uma vez com os indígenas, de forma a completar a narrativa da violação de direitos e concluir os trabalhos.

1.2 REFORMATÓRIO KRENAK E FAZENDA GUARANI

a) Em 29 de abril de 2014, o procurador da República Edmundo Antônio Dias Netto Junior reuniu-se com Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, e coordenador do projeto “Armazém Memória”, que informou a existência de vasto material digital sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas contra populações indígenas durante o regime militar, disponível nas páginas do “Armazém Memória” e da “Hemeroteca Digital” na internet.

b) Em 14 e 15 de maio de 2014, o Grupo de Trabalho realizou visita e oitivas na Terra Indígena Krenak, localizada no município de Resplendor/MG, com a presença de sua coordenadora, procuradora da República Maria Rezende Capucci, e dos procuradores da República Bruno de Almeida Ferraz e Edmundo Antonio Dias Netto Junior, responsáveis pela condução do Procedimento Investigativo Criminal nº 1.22.009.000437/2012-92/PRM-Governador Valadares/MG e do Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG. Foram ouvidos 17 indígenas que viveram durante a ditadura militar e/ou possuíam informações sobre o período de funcionamento do Reformatório Krenak – também chamado de Presídio Krenak, instalado no território dessa etnia indígena –, bem como sobre o desloca-

mento forçado de indígenas para a antiga Fazenda Guarani, situada no município de Carmésia/MG, ocorrido em 1972. As oitivas seguiram o seguinte cronograma:

- Em 14 de maio de 2014, na Aldeia Atorã, foram ouvidos Douglas Krenak, Ruthi Bezerra da Silva, Oredes Krenak, Dejanira Krenal e Euclides Krenak.
- Em 15 de maio de 2014, foram ouvidas, nas Aldeias Naknenuk, Nakrehé e Watu, as testemunhas Takruk Mik (Laurita Maria Felix), Manelão Pankararu (Manoel Vieira das Graças), Takruko (José Cecílio Damasceno), Maria Júlia Izidoro Krenak, Maria Sônia Izidoro Krenak, Bibiano da Silva Pereira, Basílio Luiz Krenak, Marcos Krenak (Marcos da Silva Pereira), Cacique Nego (José Alfredo de Oliveira), Maria do Carmo Santos, Itamar Krenak e Aparecida Krenak.

Ainda em 15 de maio de 2014, o GT visitou as ruínas do Reformatório Krenak.

Os depoimentos e a visita foram registrados em áudio e vídeo pelo servidor Frederico Antônio Ferreira, da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Minas Gerais. Auxiliaram na colheita dos depoimentos a assessora jurídica Raquel Portugal Nunes e a analista processual Renata da Costa Quinino, da Procuradoria da República em Minas Gerais.

- c) Ainda com o objetivo de apurar graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar contra os povos indígenas, que são objeto do Inquérito Civil Público nº 1.22.000.000929/2013-49/PRDC-MG e do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.22.009.000437/2012-92/PRM-Governador Valadares/MG, em 23, 24 e 25 de agosto de 2014, o GT realizou visita e oitivas na Terra Indígena Maxakali, nos municípios de Bertópolis/MG, Ladainha/MG e Santa Helena de Minas. Os procuradores da República Edmundo Antonio Dias Netto Junior, Julio José Araujo Junior e Paula Bellotti, assessorados pelo analista pericial em antropologia da 6ª CCR Jorge Bruno Souza e pela assessora jurídica Raquel Portugal Nunes, realizaram a oitiva dos indígenas a seguir mencionados, que vivenciaram o período de funcionamento do Presídio Krenak e de atuação da Guarda Rural Indígena:
- Na Aldeia Verde, foram ouvidos, em 23 de agosto de 2014, Noêmia Maxakali, Sueli Maxakali e Gustavo Maxakali;
 - Em 24 de agosto de 2014, na T.I. Maxacali/Água Boa, realizou-se a oitiva de Antônio José Maxacali, Maria Diva Maxakali e Rondon Maxakali;

- Em 25 de agosto de 2014, colheu-se o depoimento, na Aldeia Bueno e Aldeia do Valdemar (T.I. Maxacali/Água Boa), de Tomé Maxakali, Carmino Maxakali e Kokti Maxakali. Nesse dia, Maria Diva conduziu, ainda, os procuradores da República ao local onde funcionava, no período da ditadura militar, cadeia indígena situada na Terra Indígena Maxakali/Água Boa.

Os depoimentos foram registrados em áudio e vídeo pelo servidor Frederico Antônio Ferreira, da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Minas Gerais.

d) No intuito de realizar a oitiva do capitão da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro, que foi protagonista, em Minas Gerais, da relação do Estado autoritário com os indígenas durante o período ditatorial, tendo em vista que foi o chefe da Ajudância Minas-Bahia entre 1967 e 1973, foram realizadas quatro tentativas de intimação do policial militar reformado:

- Em 3 de novembro de 2014, a intimação restou frustrada diante da mudança de endereço do Sr. Manoel Pinheiro;
- Em 7 de novembro de 2014, o intimando recusou-se a prestar depoimento fora de seu local de domicílio, em razão de sua idade avançada, afirmando, ainda, não ter cometido qualquer crime e, se o tivesse cometido, estaria acobertado pela Lei da Anistia;
- Em 12 de dezembro de 2014, o Sr. Manuel Pinheiro recusou-se a prestar depoimento na data estabelecida, tendo em vista viagem previamente agendada;
- Em 19 de dezembro de 2014, o intimando concordou em prestar depoimento no município de Congonhas do Campo/MG, a ser realizado em 19 de fevereiro de 2015.

e) Em 19 de fevereiro de 2015, os procuradores de República Edmundo Antonio Dias Netto Junior e Felipe Valente Siman deslocaram-se ao município de Congonhas/MG, no intuito de realizar a oitiva do Sr. Manuel dos Santos Pinheiro. O intimado, acompanhado por sua advogada, recusou-se, no entanto, a prestar declarações ao Ministério Público Federal, exercendo seu direito constitucional ao silêncio.

f) Em 24 de março de 2015, o Ministério Público Federal apresentou requerimento de anistia política do povo indígena Krenak perante a Comissão de Anistia, órgão ligado ao Ministério da Justiça. O referido requerimento (RA 75002) encontra-se, no presente

momento, em análise pela Comissão.³

g) Em 30 de julho de 2015, o psicólogo especialista em populações tradicionais Bruno Simões Gonçalves apresentou, a pedido do Ministério Público Federal, o laudo psicológico contendo o resultado de psicodiagnóstico realizado com o objetivo de apurar os impactos psicossociais, sobre o povo indígena Krenak, da implantação do Reformatório Krenak e do deslocamento forçado da etnia para a Fazenda Guarani.

h) Em 14 de dezembro de 2015, o Ministério Público Federal ajuizou a ação civil pública nº 0064483-95.2015.4.01.3800, que foi distribuída à 14ª Vara Federal de Belo Horizonte – Seção Judiciária de Minas Gerais –, pleiteando reparações diversas pelas graves violações dos direitos humanos do povo Krenak, cometidas durante a ditadura militar brasileira, com a instalação do Reformatório Krenak e exílio para a Fazenda Guarani.⁴

METAS PARA 2016

- a) Ajuizamento da ação civil pública referente ao caso Waimiri-Atroari.
- b) Busca de apoio de pesquisadores e entidades para dois casos prioritários já definidos: guarani do Mato Grosso do Sul e guarani do Paraná.
- c) Formação de dois subgrupos para cuidar especificamente dos casos definidos.
- d) Acompanhamento e interlocução institucional para verificar o cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade.
- e) Realização de três reuniões específicas sobre os casos escolhidos e acompanhamento dos trabalhos do grupo de apoio

3 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/docs_documentos/requerimento-comissao-de-anistia_krenak.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

4 Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/docs_documentos/acp-reformatorio-krenak-final.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

f) Interlocução com a comissão de anistia sobre possibilidades de reparação coletiva, mediante a preparação de documento jurídico. Se for o caso, ajuizamento de ação civil pública.



3

PLANEJAMENTO TEMÁTICO
DA CÂMARA

3. PLANEJAMENTO TEMÁTICO DA CÂMARA

Com foco na gestão compartilhada e na melhoria contínua dos processos, a Secretaria de Planejamento e Orçamento estabeleceu o Modelo de Planejamento e Gestão por meio de metas físicas e financeiras para cada unidade.

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da sua Secretaria Executiva e Assessoria de Planejamento, continuou responsável pela elaboração da programação orçamentária e gestão dos gastos com diárias, passagens e eventos, seguindo os ditames e diretrizes da Nota Técnica SPO nº 004/2015 – GAB/SPO/SG.

De acordo com os critérios utilizados no estudo, a estimativa orçamentária para 2015 espelhou um crescimento nominal total de 28,08% em relação às despesas executadas no ano anterior (2014).

Nesse diapasão, as estimativas e critérios utilizados levaram a um Referencial Monetário Anualizado para 2015 no valor de R\$ 1.383.679,00 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais), conforme detalhado a seguir:

DESCRIÇÃO	REFERENCIAL MONETÁRIO ANUALIZADO	
	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
DIÁRIAS	923	R\$ 784.729,00
PASSAGENS	380	R\$ 350.848,00
EVENTOS	-	R\$ 248.102,00
TOTAL EM 2015	1.303	R\$ 1.383.679,00

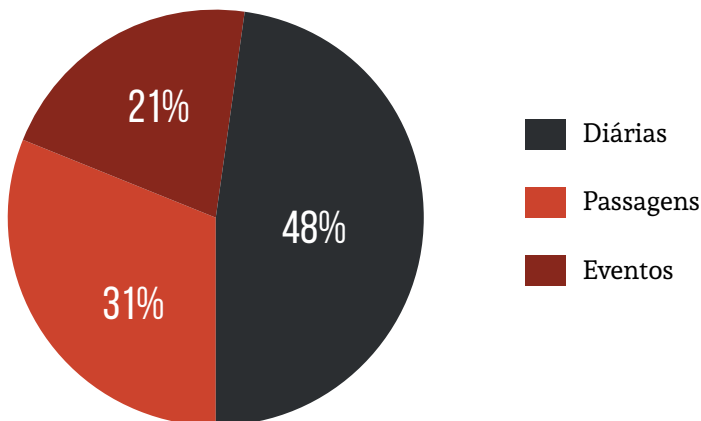
Ressalta-se que o Modelo de Planejamento e Gestão apresentado ofereceu aos gestores da 6ª Câmara a possibilidade de solicitar as adequações necessárias durante o exercício, utilizando o remanejamento entre as rubricas e/ou a reprogramação do crédito concedido.

Com respaldo no referencial anual, foi realizado um acompanhamento efetivo mês a mês e um controle mais eficaz dos recursos disponibilizados. Ao final do ano, a execução financeira atingiu o montante de R\$ 1.261.615,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e seiscentos e quinze reais)¹, assim distribuídos:

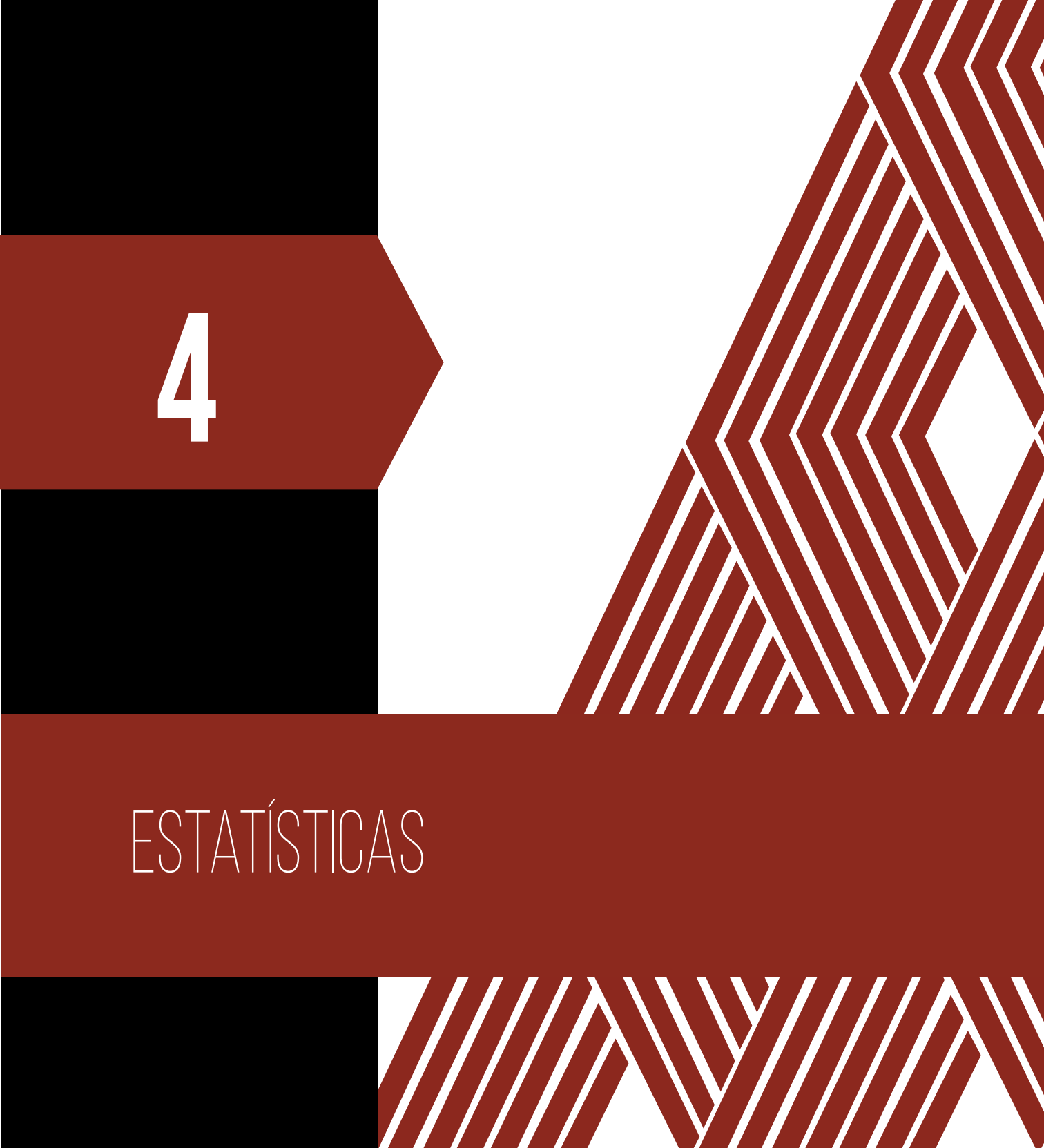
DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2015	EQUIVALÊNCIA PERCENTUAL (%)
DIÁRIAS	R\$ 605.057,00	48%
PASSAGENS	R\$ 392.128,00	31%
EVENTOS	R\$ 264.430,00	21%
TOTAL EM 2015	R\$ 1.261.615,00	100%

Cumpramos ressaltar que, devido ao contingenciamento do MPF, no valor total de R\$ 150.022.784,00 (cento e cinquenta milhões, vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais), o Colegiado da 6ª CCR entendeu como adequado o respeito aos limites prudenciais dos gastos, fato que comprometeu a execução de algumas despesas – sobretudo com eventos – e levou a execução a patamares aquém dos valores previamente estimados.

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA 6ª CCR EM 2015



1 Fonte: Coordenadoria de Viagens e Eventos e GCONS Administrativo.



4

ESTATÍSTICAS

4. ESTATÍSTICAS

4.1. PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS

MEMBRO	DISTRIBUÍDOS	RELATADOS
DEBORAH DUPRAT DE B. PEREIRA	470	476
ELIANA P. TORELLY DE CARVALHO	59	49
JOÃO AKIRA OMOTO	422	505
MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO	1	-
LUCIANO MARIZ MAIA	162	101
TOTAL	1.114	1.131

4.2. HISTÓRICO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

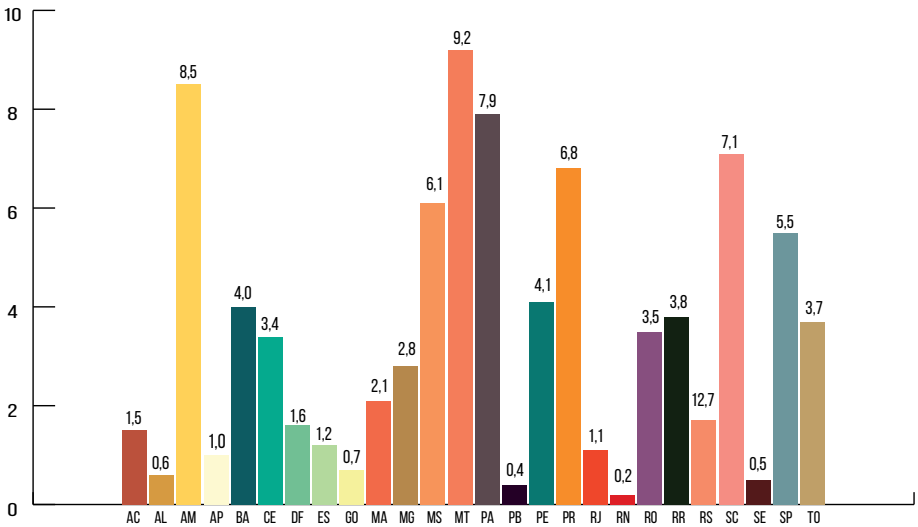
SESSÃO	DATA	P.A.S.	DEBORAH DUPRAT	JOÃO AKIRA	LUCIANO MAIA	ELIANA TORELLY
400	09/02	273	91	170	11	1
401	13/04	166	88	56	-	22
402	15/06	155	72	74	-	9
403	06/08	128	51	60	-	17
404	23/09	162	81	47	34	-
405	10/12	247	93	98	56	-
TOTAL		1.131	476	505	101	49

4.3. DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	PROCEDIMENTOS	%
AC	17	1,5%
AL	7	0,6%
AM	96	8,5%
AP	11	1,0%
BA	45	4,0%
CE	39	3,4%
DF	18	1,6%
ES	14	1,2%
GO	8	0,7%

MA	24	2,1%
MG	32	2,8%
MS	69	6,1%
MT	104	9,2%
PA	89	7,9%
PB	4	0,4%
PE	46	4,1%
PI	0	0,0%
PR	77	6,8%
RJ	12	1,1%

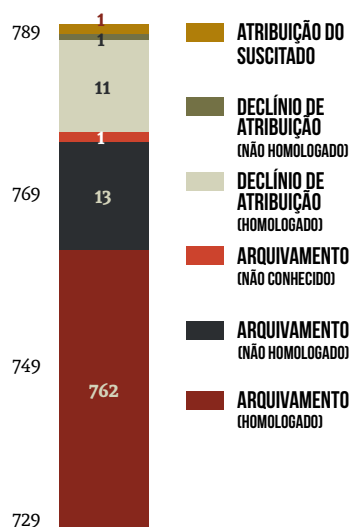
RN	2	0,2%
RO	40	3,5%
RR	43	3,8%
RS	144	12,7%
SC	80	7,1%
SE	6	0,5%
SP	62	5,5%
TO	42	3,7%



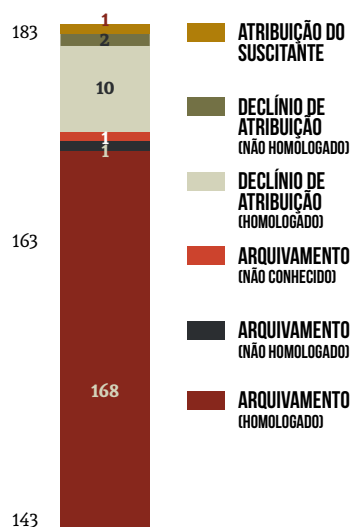
4.4. DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO POR CLASSE

CLASSE	DELIBERAÇÃO	TOTAL
INQUÉRITO CIVIL	ARQUIVAMENTO	776
	HOMOLOGADO	762
	NÃO HOMOLOGADO	13
	NÃO CONHECIDO	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	12
	HOMOLOGADO	11
	NÃO HOMOLOGADO	1
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO	1
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	ARQUIVAMENTO	170
	HOMOLOGADO	168
	NÃO HOMOLOGADO	1
	NÃO CONHECIDO	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	12
	HOMOLOGADO	10
	NÃO HOMOLOGADO	2
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	ARQUIVAMENTO	58
	HOMOLOGADO	57
	NÃO HOMOLOGADO	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	1
	HOMOLOGADO	1
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1
	ARQUIVAMENTO 6ª CCR	2
NOTÍCIA DE FATO	ARQUIVAMENTO	81
	HOMOLOGADO	80
	NÃO HOMOLOGADO	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	13
	HOMOLOGADO	8
	NÃO HOMOLOGADO	5
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL	HOMOLOGAR ARQUIVAMENTO	2
TOTAL DE PROCESSOS DELIBERADOS		1.131

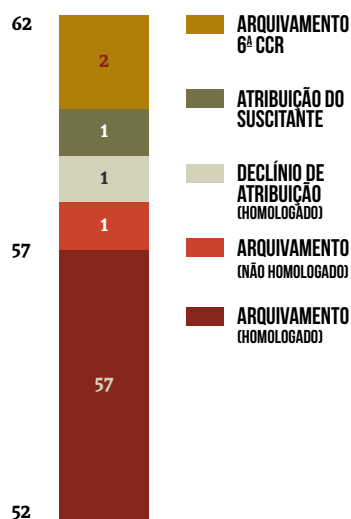
INQUÉRITO CÍVEL



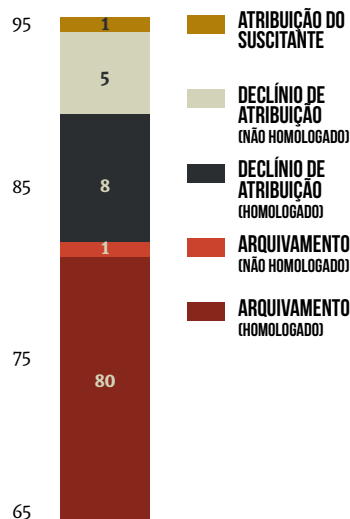
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO



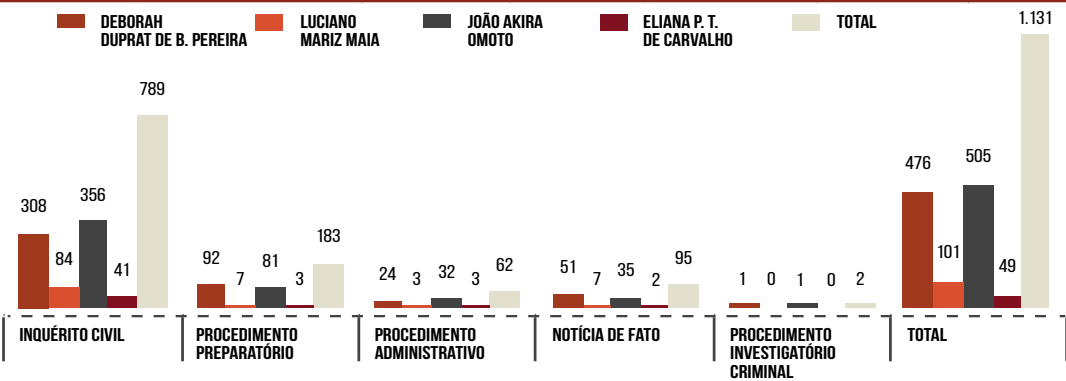
NOTÍCIA DE FATO



4.5 DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO POR MEMBRO DE CLASSE

CLASSE	DELIBERAÇÃO	MEMBRO				TOTAL
		DEBORAH DUPRAT	LUCIANO MAIA	JOÃO AKIRA	ELIANA CARVALHO	
INQUÉRITO CIVIL	ARQUIVAMENTO	300	82	353	41	776
	HOMOLOGADO	293	81	348	40	762
	NÃO HOMOLOGADO	7	1	4	1	13
	NÃO CONHECIDO	0	0	1	0	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	7	2	3	0	12
	HOMOLOGADO	6	2	3	0	11
	NÃO HOMOLOGADO	1	0	0	0	1
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO	1	0	0	0	1
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	ARQUIVAMENTO	82	6	80	2	170
	HOMOLOGADO	82	6	78	2	168
	NÃO HOMOLOGADO	0	0	1	0	1
	NÃO CONHECIDO	0	0	1	0	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	9	1	1	1	12
	HOMOLOGADO	8	1	0	1	10
	NÃO HOMOLOGADO	1	0	1	0	2
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1	0	0	0	1

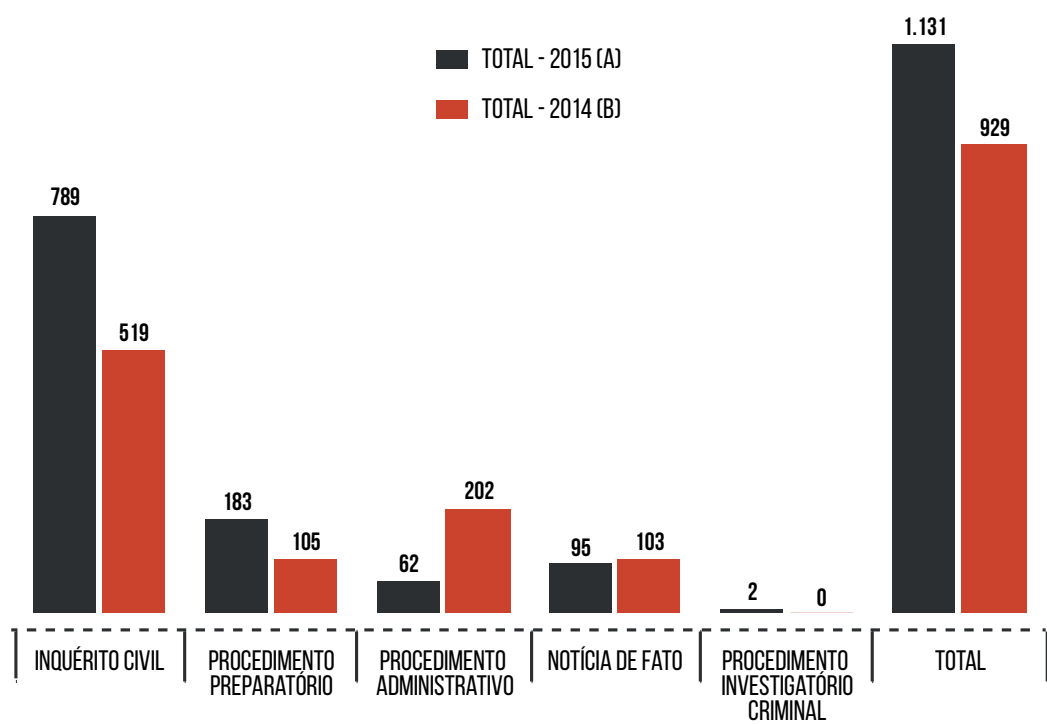
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	ARQUIVAMENTO	21	3	32	2	58
	HOMOLOGADO	21	3	31	2	57
	NÃO HOMOLOGADO	0	0	1	0	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	1	0	0	0	1
	HOMOLOGADO	1	0	0	0	1
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	0	0	0	1	1
	ARQUIVAMENTO 6ª CCR	2	0	0	0	2
NOTÍCIA DE FATO	ARQUIVAMENTO	48	4	29	0	81
	HOMOLOGADO	47	4	29	0	80
	NÃO HOMOLOGADO	1	0	0	0	1
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	3	3	5	2	13
	HOMOLOGADO	2	1	4	1	8
	NÃO HOMOLOGADO	1	2	1	1	5
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	0	0	1	0	1
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL	HOMOLOGAR ARQUIVAMENTO	1	0	1	0	2
TOTAL		476	101	505	49	1.131



4.6. COMPARATIVO DAS DELIBERAÇÕES DE 2015 E 2014

CLASSE	DELIBERAÇÃO	TOTAL – 2015 (A)	TOTAL – 2014 (B)	(A)/(B) %
INQUÉRITO CIVIL	ARQUIVAMENTO	776	509	52
	HOMOLOGADO	762	497	53
	NÃO HOMOLOGADO	13	12	8
	NÃO CONHECIDO	1	0	100
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	12	10	20
	HOMOLOGADO	11	9	22
	NÃO HOMOLOGADO	1	1	0
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO	1	0	100
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	ARQUIVAMENTO	170	93	83
	HOMOLOGADO	168	91	85
	NÃO HOMOLOGADO	1	2	-50
	NÃO CONHECIDO	1	0	100
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	12	12	0
	HOMOLOGADO	10	12	-17
	NÃO HOMOLOGADO	2	0	0
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1	0	100

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	ARQUIVAMENTO	58	199	-71
	HOMOLOGADO	57	191	-70
	NÃO HOMOLOGADO	1	8	-88
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	1	3	-67
	HOMOLOGADO	1	3	-67
	NÃO HOMOLOGADO	0	0	0
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1	0	100
	ARQUIVAMENTO 6º CCR	2	0	200
NOTÍCIA DE FATO	ARQUIVAMENTO	81	97	-16
	HOMOLOGADO	80	91	-12
	NÃO HOMOLOGADO	1	6	-83
	DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO	13	6	117
	HOMOLOGADO	8	3	167
	NÃO HOMOLOGADO	5	3	67
	ATRIBUIÇÃO DO SUSCITANTE	1	0	100
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL	HOMOLOGAR ARQUIVAMENTO	2	0	200
TOTAL		1.131	929	22



4.7. PROCEDIMENTOS INSTAURADOS NOS ESTADOS

UF	NOTÍCIA DE FATO	INQUÉRITO CIVIL	PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO CRIMINAL	TOTAL
AC	5	11	12	3	-	31
AL	7	9	22	-	-	38
AM	20	95	33	13	-	161
AP	8	21	12	8	1	50
BA	40	40	18	6	-	104

CE	8	27	14	4	1	54
DF	12	13	6	37	2	70
ES	7	14	11	4	-	36
GO	15	9	5	1	1	31
MA	47	23	17	-	-	87
MG	24	23	12	3	2	64
MS	26	47	31	16	-	120
MT	40	92	36	9	2	179
PA	27	100	73	11	5	216
PB	21	13	21	-	-	55
PE	8	30	15	14	2	69
PI	3	-	1		-	4
PR	21	34	37	14	1	107
RJ	151	25	11	8	11	206
RN	2	5	4	-	2	13
RO	18	57	22	5	-	102
RR	24	54	10	-	-	88
RS	124	46	54	22	6	252
SC	17	49	33	5	-	104
SE	1	6	-	24	-	31
SP	37	50	21	4	4	16
TO	16	20	23	13	-	72
TOTAL	729	913	554	224	40	2.460

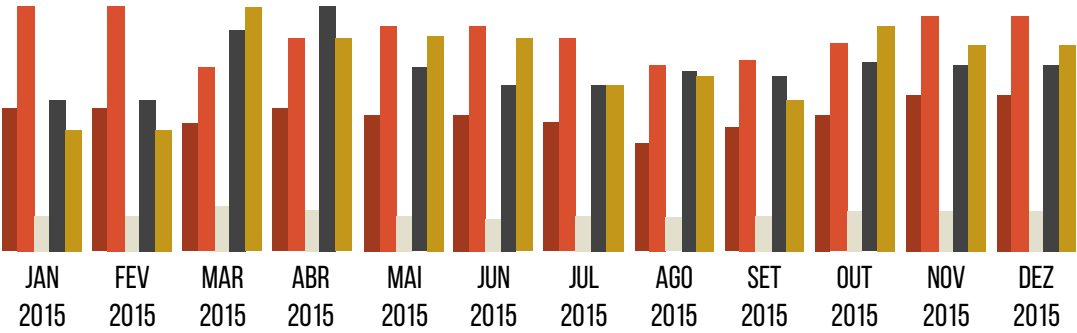
4.8. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIAS PUBLICADAS PELA 6ª CCR	14
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS	1.021
P.A.s INSTAURADOS	17
INFORMAÇÕES JURÍDICAS	16

4.9. VIDEOCONFERÊNCIAS

A 6ª CCR realizou 20 videoconferências em 2015.

4.10. ACESSOS AO SITE DA 6ª CCR¹



1 Disponível em: <<http://stats.pgr.mpf.mp.br/awstats/awstats.pl?month=01&year=2015&output=main&config=6ccr&framename=index>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MÊS	VISITANTES ÚNICOS	NÚMERO DE VISITAS	PÁGINAS	HITS	BYTES
JANEIRO 2015	3,295	5,598	35,251	151,485	8.77 GB
FEVEREIRO 2015	3,038	4,683	30,762	144,662	8.15 GB
MARÇO 2015	2,868	4,216	43,888	220,932	17.56 GB
ABRIL 2015	3,245	4,872	40,050	244,662	15.40 GB
MAIO 2015	3,162	5,204	32,974	182,918	15.42 GB
JUNHO 2015	3,111	5,198	32,414	166,407	15.27 GB
JULHO 2015	2,952	4,874	34,387	167,937	11.92 GB
AGOSTO 2015	2,476	4,268	34,051	181,257	12.62 GB
SETEMBRO 2015	2,835	4,405	33,654	175,753	10.88 GB
OUTUBRO 2015	3,116	4,741	40,012	188,121	16.26 GB
NOVEMBRO 2015	3,577	5,406	38,536	186,989	14.86 GB
DEZEMBRO 2015	1,980	3,579	23,323	114,779	10.76 GB
TOTAL	35,655	57,044	419,302	2,125,902	157.87 GB



5

GESTÃO DE PROJETOS

agosto de 2015, necessitando, todavia, de um aperfeiçoamento contínuo e uma alimentação de dados ininterrupta.

O Sistema buscou espacializar a atuação dos procuradores, possibilitando o acesso a informações qualificadas de forma ágil e precisa. Além disso, sistematizou informações que permitiram a elaboração de estratégias de atuação. Como principais resultados, podemos citar a publicação dos 30 mapas temáticos e o apoio vinculado a outros projetos executados pelos Grupos de Trabalho da Câmara.

ALDEIA DA MEMÓRIA (BIBLIOTECA VIRTUAL DA 6ª CCR)

Em decorrência do fluxo constante de demandas que o MPF enfrenta diariamente, pouca reflexão analítica foi realizada sobre as ações institucionais, ocasionando repetições e sobrecargas. A ideia da constituição de uma memória virtual surgiu para propiciar maior eficácia e diálogo entre os trabalhos executados pelos membros, superando problemas recorrentes, e ainda evitar a perda de grande parte da memória institucional.

O projeto, aprovado no dia 28 de janeiro, por meio da Portaria nº 78, finalizou 2015 com cerca de 90% das atividades concluídas e com previsão para entrega definitiva no dia 19 de abril de 2016. As principais atividades realizadas em 2015 foram as digitalizações de todos os documentos históricos da Câmara, o desenvolvimento de uma ferramenta eletrônica para organização do acervo digital, a criação de um sítio eletrônico diagramado com a identidade visual do tema e a gravação de alguns vídeos que abordam a memória oral de casos emblemáticos do assunto.

MANUAL DE ATUAÇÃO DO GT QUILOMBO: RECONHECIMENTO DE DIREITOS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O Projeto tem por finalidade reunir e sistematizar modelos de alternativas para a atuação dos procuradores da República em publicação apta à consulta diária, que incentive a reflexão e o aprofundamento conforme a exigência de cada situação concreta, considerando, ainda, a existência de comunidades quilombolas em todas as unidades da Federação, frequentemente encontradas em situação de vulnerabilidade social e inseridas em contextos de violência e conflitos diversos.

Nesse diapasão, a equipe do projeto trabalhou a redação, diagramação e publicação de *Manual de Atuação* com suporte teórico, jurídico e antropológico, para a proposição de modelos de medidas referentes à proteção de direitos territoriais, à regularização de territórios de comu-

nidades quilombolas e à consolidação de alternativas de abordagem com o objetivo de disponibilizar aos procuradores da República naturais – sobretudo os recém-ingressos – um conjunto sistematizado de elementos para atuação extrajudicial e judicial.

A proposta – aprovada pelo Subcomitê Consultivo de Projetos no dia 18 de dezembro de 2014 – teve sua homologação efetivada somente em junho de 2015, momento em que a equipe do projeto se reuniu para estabelecer as metas e os prazos de trabalho. No decorrer do segundo semestre, foram realizados os diversos levantamentos jurídicos, antropológicos e econômicos/orçamentários sobre o tema.

Nos primeiros meses de 2016, tem-se a consolidação dos textos com a posterior edição, diagramação e impressão do Manual. Por fim, será criado um ambiente interativo com a publicação via Web na versão digital do produto. A data final para entrega do projeto foi estimada para o dia 17 de junho de 2016.

PROJETO MAXAKALI

O povo Maxakali encontra-se disperso em três terras indígenas localizadas no nordeste de Minas Gerais, cujo processo de demarcação não seguiu um critério tradicional. São comunidades de longa história na região, de ocupação secular, que, em decorrência do processo de colonização, tiveram sua reprodução física restrita.

Hoje, as comunidades encontram-se cercadas por fazendas que disputam a ocupação do território, geralmente com bastante violência.

A restrição de território também acompanha uma fragilidade na implementação de políticas públicas. Água é um bem escasso – os poucos poços artesianos que abastecem as comunidades encontram-se contaminados.

Logo, a mortalidade infantil ultrapassa a de países que estão em guerra. Para se ter uma ideia comparativa, a República Democrática do Congo e Serra Leoa, países com as piores taxas de mortalidade no mundo, possuem, respectivamente, 112,2 e 121,9 mortes para cada mil crianças nascidas, enquanto com os Maxakali o índice relatado pela equipe multidisciplinar dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs MG/ES) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS) aproxima-se de 500 a cada mil habitantes. Ou seja, praticamente a cada duas crianças nascidas, uma morre antes dos cinco anos.

Da mesma forma, a sustentabilidade do grupo encontra-se prejudicada pela restrição do território e pelo grau de desmatamento que caracteriza as fazendas retomadas. Trata-se de áreas em que o capim colônia tem extensa abrangência, ou seja, voltadas, essencialmente, para a pecuária, prática alheia à realidade indígena.

Caça, pesca e coleta (atividades tradicionais que implicam diretamente a construção dos mitos e ritos que trazem equilíbrio à vida pública dos Maxakali e garantem a reprodução física do grupo) passam a ter seu conteúdo esvaziado. Logo, a forma de sustentação majoritária do grupo passa a ser condicionada a benefícios sociais, promovendo a marginalidade e o alcoolismo.

Por consequência, a relação local com os não índios passa a ser pautada pelo preconceito, sendo os Maxakali tratados como alcoólatras ou índios selvagens. Todo e qualquer contato implica perigo iminente. Quando se encontra um grupo indígena na cidade, rapidamente os prefeitos se articulam para conseguirem transportes visando levar os indígenas de volta para as aldeias. Na maior parte do tempo, esse tipo de ação acaba sendo o único esforço despendido pelo município para lidar com os indígenas.

Nesse sentido, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e o MPMG se articularam e vislumbra-ram a ideia de criação de um observatório de políticas públicas em prol dos Maxakali.

Vários resultados já foram alcançados em 2015, como : a realização de laudos técnicos sobre a situação da água consumida pelos indígenas, a reunião com o secretário de saúde do estado, que se comprometeu a liberar o dinheiro retido em caixa referente à saúde indígena nos municípios e a reunião com o secretário de cultura do estado que, com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) se comprometeu a realizar o registro imaterial da cultura Maxakali.

MPF EM DEFESA DA ESCOLA INDÍGENA

A educação indígena segue parâmetros legais que buscam lidar com a especificidade cultural dos diversos grupos étnicos, sendo essencialmente bilíngue e diferenciada. Ocorre, entretanto, que muito pouco foi realizado para a consolidação dessa política, produzindo uma educação de baixa qualidade e essencialmente irregular.

Se a educação básica para não indígenas encontra muitos empecilhos, estando muito aquém do que estipula os indicadores de qualidade, a situação da educação indígena é sensivelmente mais

grave. Ausência de escolas, de professores indígenas, de material didático e de merenda escolar são problemas comuns, algo decorrente das grandes distâncias enfrentadas, da alteridade cultural ou mesmo de preconceitos por parte dos gestores da educação nos municípios e estados.

Parte desses problemas derivam da falta de conhecimento dos gestores acerca da realidade indígena, na medida em que o único instrumento utilizado para planejar e executar a política é o censo escolar realizado pelo Inep. O censo, todavia, não abarca a especificidade dos grupos étnicos, promovendo diversos problemas, como a ausência de recursos destinados ao material, à merenda e ao transporte escolar adequados.

Nesse diapasão, o projeto “MPF em Defesa da Escola Indígena” finalizou sua primeira fase em novembro de 2015, com o alcance de vários objetivos predefinidos, entre eles: apresentação espacial do tema Educação Indígena por meio de mapas interativos do SiGEO; análise qualitativa dos dados e avaliação de problemas estruturais da educação indígena; análise primária dos dados e demonstrativos de frequência em relação a problemas recorrentes; apresentação de resultados para as organizações e lideranças indígenas e construção de plano de solução alternativa; apresentação dos resultados ao Inep e negociação de variáveis para aprimorar o censo; realização de Seminário Temático para Educação Indígena; e ações coordenadas e disponibilização de dados para as procuradorias.

Além disso, no sítio eletrônico da 6ª CCR foi criado um espaço para que sejam inseridos os documentos relacionados ao projeto, incluindo fotos, relatórios e recomendações.

PROJETO RIBEIRINHOS DO SÃO FRANCISCO (RSF)

Diante do grande esforço que envolve o acompanhamento de casos isolados visando ao reconhecimento de direitos de populações tradicionais, como é o caso da Comunidade dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais das Ilhas da Capivara e Caraíbas em Pedras de Maria da Cruz/MG – a qual foi contemplada com o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) nº 01, de 19 de dezembro de 2013 –, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e a PRMG avaliaram oportuno otimizar esse esforço, tratando em conjunto casos semelhantes, com vistas ao reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais que vivem às margens do Rio São Francisco.

Vislumbrou-se a possibilidade de um tratamento abrangente dos direitos de povos e comunidades tradicionais vazanteiros do Rio São Francisco, de forma integrada com a sustentabilidade socioambiental, mediante atuação com os órgãos envolvidos, inclusive a Superintendência

do Patrimônio da União em Minas Gerais.

Busca-se, ainda, desenvolver trabalho de alcance regional para questões que ultrapassam os limites territoriais de cada Procuradoria da República. Tal trabalho deve ser desenvolvido de modo cooperativo, somando-se esforços com a sociedade civil, pesquisadores e outras instituições, por meio de um projeto gestado em equipe, com a contribuição de diferentes membros e técnicos de diversos órgãos e instituições.

Nesse sentido, a 6ª CCR – por intermédio do Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais – e a PRMG fizeram a propositura desse projeto, que objetiva compreender a situação das comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do curso do Rio São Francisco, a fim de trazer visibilidade às suas demandas de regularização fundiária, aproximando-se a atuação do MPF aos órgãos e instituições que têm por missão institucional a realização da política fundiária.

O Projeto – aprovado pelo Subcomitê Consultivo de Projetos no dia 22 de abril de 2015 – foi dividido em fases, sendo a primeira delas dedicada exclusivamente aos povos e comunidades tradicionais que habitam áreas marginais ao Rio São Francisco no estado de Minas Gerais, desde a nascente, na Serra da Canastra, município de São Roque de Minas, até a divisa com a Bahia, no norte de Minas.

As fases seguintes, a serem implantadas posteriormente, contemplam os povos e comunidades tradicionais ao longo do Rio São Francisco nos estados da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas.

Como destaque em 2015, ressalta-se a articulação interinstitucional com os governos federal e estadual, e a realização de um Seminário entre o MPF e os agentes envolvidos para articulação do tema e alinhamento das ações nos dias 1º e 2 de junho na Unimontes/MG.

O Projeto tem como previsão o dia 22 de maio de 2016 para finalização dos trabalhos, com o estabelecimento de diretrizes e metodologias para a elaboração dos Planos de Manejo e recuperação ambiental das áreas delimitadas pelos TAUS das comunidades.



6

AGENDA DOS MEMBROS

6. AGENDA DOS MEMBROS

6.1. DEBORAH DUPRAT

DATA	ASSUNTO
28/1/15	REUNIÃO COM REPRESENTANTE DO INSTITUTO KABU E DO INSTITUTO MENIRE SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS AOS KAYAPÓ DAS TIS BAÚ E MEKRAGNOTIRE (BR-163)
29/1/15	REUNIÃO DA BACIA TELES PIRES / TAPAJÓS
30/1/15	ENTREVISTA COM OS CONSULTORES CARLOS EDUARDO MARQUES E JACKELINE DANIELLY FREIRE FLORÊNCIO SOBRE APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS/SEPPIR
30/1/15	ENTREVISTA COM A SANDRA NASCIMENTO, DOUTORANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNB, SOBRE AS DIRETRIZES JURÍDICAS DO MPF, RELATIVAS À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL
4/2/15	ACOMPANHAR OS INDÍGENAS KAYAPÓ
5/2/15	ACOMPANHAR OS INDÍGENAS KAYAPÓ
5/2/15	REUNIÃO NA PRR1 COM O DR. MARCELO SERRA AZUL E A DRA. ANDREA LYRIO
5/2/15	REUNIÃO NA FUNAI SOBRE INDÍGENAS KAYAPÓ
9/2/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
23/2/15	REUNIÃO COM 40 LIDERANÇAS INDÍGENAS DO MT, DE RO, DO AM E DO CIMI
24/2/15	REUNIÃO COM A DRA. LUIZA CRISTINA
24/2/15	REUNIÃO COM JÚLIO CÉSAR GOMES PINHO, DIRETOR DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DPDS) E ÉRIKA MAGAMI YAMADA, COORDENADORA-GERAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA (CGPC/FUNAI) SOBRE ENCONTRO NA ALDEIA TELES PIRES
25/2/15	REUNIÃO COM O DR. MARCOS, PROCURADOR-CHEFE PRDF
27/2/15	APRESENTAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO BI, ADOTANDO COMO EXEMPLO O DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA ESTABELECIDO NA CONVENÇÃO 169/OIT

4/3/15	REUNIÃO GT SAÚDE INDÍGENA
9/3/15	REUNIÃO GT TERRAS PÚBLICAS SOBRE A DEFINIÇÃO DOS INDICADORES DE PRECAUÇÃO
9/3/15	REUNIÃO COM A DRA. ELA E A DRA. CRISTINA APARECIDA R. B. DO MPT
10/3/15	REUNIÃO ENTRE O GT VIOLÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS/6ºCCR GT/2º CCR E PFDC SOBRE RESOLUÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA SOBRE O CUMPRIMENTO PELO BRASIL DA SENTENÇA GOMES LUND
10/3/15	WORKSHOP DIREITO PENAL E POVOS INDÍGENAS: ESTUDO DE CASO
12/3/15	X CURSO DE INGRESSO E VITALICIAMENTO PARA PROCURADORES DA REPÚBLICA – TEMA: DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOS
13/3/15	REUNIÃO GT DEMARCAÇÃO
13/3/15	REUNIÃO GT VIOLAÇÕES
16/3/15	REUNIÃO 1º CCR
18/3/15	REUNIÃO COM ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA, PRESIDENTE DA ABA, SOBRE ESTRATÉGIAS CONJUNTAS EM FACE DO CENÁRIO DE MUDANÇAS NO TOCANTE À SISTEMÁTICA DE DEMARCAÇÃO QUE VEM SENDO POSTA EFETIVAMENTE EM PRÁTICA POR JUÍZES/ PARCERIA PARA UM CURSO
19/3/15	REUNIÃO GT EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
19/3/15	REUNIÃO GT EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM FNDE, TCU E FUNAI
20/3/15	REUNIÃO GT CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
20/3/15	REUNIÃO DO GT CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COM ROGÉRIO ARANHA, SPU/MG, CASSANDRA MARRONE, SPU E ELIANE HIRAI DIR. DE CARACTERIZAÇÃO/SPU
23/3/15	REUNIÃO COM ENFAM-PAULO TAMBORINI E DR. AKIRA
25/3/15	REUNIÃO COM DRA. ELA E JEAN PIERRE
26/3/15	X CURSO DE INGRESSO E VITALICIAMENTO PARA PROCURADORES DA REPÚBLICA
26/3/15	AUDIÊNCIA COM DAVI KOPENAWA, DÁRIO KOPENAWA E MARCOS WESLEY/ISA SOBRE ENTREGA DO MAPA BINACIONAL DE COMUNIDADE YANOMAMI BRASIL-VENEZUELA
27/3/15	27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CNPI
30/3/15	REUNIÃO 1º CCR

31/3/15	REUNIÃO COM PAULINO E CIMI SOBRE INSI
31/3/15	APRESENTAÇÃO DO SIGEO
3/4/15	ENTREGA DAS AMOSTRAS DE SANGUE YANOMAMI NA ALDEIA EM RR
6/4/15	REUNIÃO COM O CIMI
9/4/15	SEMINÁRIO COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MOSAICO DA BOCAINA NO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA – PARATY/RJ
10/4/15	SEMINÁRIO COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MOSAICO DA BOCAINA NO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA – PARATY/RJ
13/4/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
13/4/15	REUNIÃO COM A DRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA, SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS (SEPP/PR), SOBRE ABUSO SEXUAL CONTRA A POPULAÇÃO QUILOMBOLA
13/4/15	COQUETEL DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO DIA DO ÍNDIO
14/4/15	REUNIÃO COM ÁLVARO/AMGE E A STIC SOBRE O BI
14/4/15	REUNIÃO COM O DR. JOÃO ARNALDO (ICMBIO) ACERCA DA APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO DOS DADOS SOBRE O SISTEMA DE INTERFACES TERRITORIAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
14/4/15	REUNIÃO COM BRENT E WALDIVINO MUNDURUKU
15/4/15	PARTICIPAÇÃO NA MESA REDONDA POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS DO EVENTO HISTÓRIAS, CULTURAS E SABERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO
16/4/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA: PLENÁRIA DE PARLAMENTARES COM A MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA – COMISSÃO DE DIREITOS E MINORIAS
17/4/15	REUNIÃO GT QUILOMBOS
22/4/15	SEMINÁRIO "DESAFIOS ATUAIS DO POVO KAINGANG NO OESTE CATARINENSE"
23/4/15	SEMINÁRIO "DESAFIOS ATUAIS DO POVO KAINGANG NO OESTE CATARINENSE"
27/4/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PERDA DOS DIREITOS DOS PESCADORES COM A MP 665/2014
29/4/15	REUNIÃO COM O DR. ROBERTO VIZENTIM, COM A DR. AKIRA E COM O DR. ANTÔNIO MENDES (PRM SETE LAGOAS-MG) SOBRE PARQUE DAS SEMPRE VIVAS

29/4/15	AUDIÊNCIA COM 40 REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS/MP SOBRE O DECRETO Nº 8.425, A RETIRADA DO DIREITO DE TIRAR RGP E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS
6/5/15	REUNIÃO COM O DR. RICHARD TORSIONO (INCRA)
7/5/15	AUDIÊNCIA COM O MINISTRO MIGUEL ROSSETTO, SECRETÁRIO-GERAL DA PR
11/5/15	XXXIV REUNIÃO DA JUNTA DIRETIVA RIAEJ
13/5/15	AUDIÊNCIA SOBRE IMPACTO DA CRIAÇÃO DO INSI SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA NA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA (CINDRA)
19/5/15	PLENÁRIA AMEAÇAS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PEC 215: DEMOCRACIA, POVOS INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE
20/5/15	AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DA DEFESA SOBRE A COMUNIDADE RIO DOS MACACOS
21/5/15	ENTREVISTA AO REPÓRTER DA VEJA GUILHERME AMADO SOBRE A PEC 215
22/5/15	REUNIÃO COM A DRA. ELA, COM O DR. EDSON DAMAS E LIDERANÇAS INDÍGENAS MUTURUCA
22/5/15	REUNIÃO COM RITA POTIGUARA/MEC
27/5/15	REUNIÃO COM GUILHERME ABDALA, ASSESSOR DO CONSELHO DISTRITAL DE FERNANDO DE NORONHA, SOBRE A COMUNIDADE INSULAR OCEÂNICA
28/5/15	REUNIÃO COM OS PROCURADORES DR. AKIRA, DR. WILSON, DR. EDMUNDO E DR. ANTÔNIO ARTHUR SOBRE O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS
8/6/15	REUNIÃO DO GT PARA DESENVOLVER PROGRAMA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE POVOS INDÍGENAS PARA MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
9/6/15	REUNIÃO COM FLAVIA FOREQUE, JORNALISTA DA FOLHA DE SP, SOBRE A ADI 4439
11/6/15	PARTICIPAÇÃO NA MESA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E ENERGIA: O SETOR ELÉTRICO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
11/6/15	REUNIÃO DO CNE SOBRE OS PROCESSOS EDUCACIONAIS PARA POVOS DE RECENTE CONTATO
11/6/15	REUNIÃO COM ÓRGÃOS FEDERAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE O DECRETO Nº 8.425/2015 NO MPA
12/6/15	PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E ENERGIA: O SETOR ELÉTRICO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

12/6/15	REUNIÃO COM O ESTUDANTE LUIZ VILAÇA SOBRE MP E BELO MONTE
15/6/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
17/6/15	REUNIÃO COM LIDERANÇAS XIKRIN DO CATETÉ SOBRE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS DA ACP 2383-85.2012.4.01.3905 (MINERAÇÃO ONÇA PUMA)
19/6/15	REUNIÃO COM O DEPUTADO PAULO PIMENTA SOBRE A TI LIMÃO VERDE
24/6/15	REUNIÃO COM O DR. RENATO JANINE RIBEIRO, MINISTRO DA EDUCAÇÃO (COMITIVA DO DEP. PAULO PIMENTA)
29/6/15	CURSO "LAUDOS ANTROPOLÓGICOS ÉTNICA E TERRITORIAL E RELEVÂNCIA NA SEARA PENAL"
1/7/15	MESA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
6/7/15	REUNIÃO COM O DR. AKIRA, SDH, SEPPI, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, DEPUTADO PAULO PIMENTA E ASSESSOR MÁRCIO SOBRE RELATÓRIO SOBRE EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS NA COMUNIDADE KALUNGA
9/7/15	REUNIÃO COM ÓRGÃOS FEDERAIS E REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DOS PESCADORES SOBRE O DECRETO 8.424/2015
5/8/15	REUNIÃO COM O DR. HENRIQUE FELBERT E LIDERANÇAS SURUÍ SOBRE O PROJETO SEQUESTRO DE CARBONO
6/8/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA PEC 215
6/8/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
7/8/15	COQUETEL DE LANÇAMENTO DO SIGEO
12/8/15	REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA FUNAI
13/8/15	REUNIÃO COM O DR. AKIRA SOBRE ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
13/8/15	REUNIÃO CONJUNTA 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª/7ª, CCRS, PFDC E CORREGEDORIA SOBRE USO DA FUNCIONALIDADE DO ÚNICO REAUTUAÇÃO/ RECLASSIFICAÇÃO E CUSTEIO DE DILIGÊNCIA DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA
17/8/15	AUDIÊNCIA COM O MINISTRO LUIZ FUX E REPRESENTANTE DA COMUNIDADE INSULAR OCEÂNICA DE FERNANDO DE NORONHA
17/8/15	REUNIÃO COM LUCIANO RODA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL/SPU/MP, SOBRE SITUAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA BA – TAUS
19/8/15	SEMINÁRIO ABA+60 OS ANTROPÓLOGOS E ANTROPOLOGIA NA ESFERA PÚBLICA – CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS E POLÍTICAS PARA O FUTURO

20/8/15	VI CONGRESSO DE ESTUDOS JURÍDICOS, MESA: TERRITÓRIO PESQUEIRO: BIODIVERSIDADE, CULTURA E SOBERANIA ALIMENTAR DO POVO BRASILEIRO
26/8/15	SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
27/8/15	SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
27/8/15	REUNIÃO COM O REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS (CNS) SOBRE A AMEAÇA DE MORTE DE EXTRATIVISTA E LIDERANÇA COMUNITÁRIA DA RESEX IPAÚ-ANILZINHO
28/8/15	REUNIÃO COM O REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS (CNS) SOBRE A AMEAÇA DE MORTE DE EXTRATIVISTA E LIDERANÇA COMUNITÁRIA DA RESEX IPAÚ-ANILZINHO
28/8/15	AUDIÊNCIA COM LIDERANÇAS TIRIYÓ E KAXUYANA/AP SOBRE CONSTRUÇÃO DE MICROCENTRAL HIDRELÉTRICA NO NORTE DO PA
1/9/15	REUNIÃO COM NOEMI PORRO/UFPA E A DRA. TORELLY SOBRE PROJETO PARA CAPACITAÇÃO SOBRE CONHECIMENTO TRADICIONAL
8/9/15	GT QUILOMBOS
9/9/15	GT QUILOMBOS
8/9/15	REUNIÃO COM OS PRESIDENTES DO IPHAN, SPU, ICMBIO E GUILHERME ABDALA SOBRE COMUNIDADE INSULAR OCEÂNICA DE FERNANDO DE NORONHA
9/9/15	SEMINÁRIO DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, TEMA: DIREITOS ÉTNICO-RACIAIS
10/9/15	GT DEMARCAÇÃO
14/9/15	"AUDIÊNCIA COM ADVOGADOS ANTÔNIO RODRIGO MACHADO E EVELIN LISBOA DE CARVALHO SOBRE RE 654833 – CRIMES AMBIENTAIS QUE PREJUDICARAM OS ASHANINKA DO RIO AMÔNIA – APIWTXA, NO ACRE"
15/9/15	XXI ASSEMBLEIA GERAL DO CIMI, MESA: AMEAÇAS AOS DIREITOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE ENFRENTAMENTO
15/9/15	REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO ICMBIO E COM O DR. AKIRA SOBRE O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS
16/9/15	REUNIÃO COM O MAURICIO GUETTA/ISA, APIB, GREENPEACE, COM O DR. PAEL, COM MARCO TÚLIO/MRE, COM O DR. AKIRA E COM O CIMI SOBRE INDÍGENAS GUARANI-KAIOWÁ
21/9/15	ENTREGA DAS AMOSTRAS DE SANGUE YANOMAMI
23/9/15	SEMINÁRIO NACIONAL DE ORDENAMENTO DA PESCA ARTESANAL, MESA: CONVENÇÃO 169 E DIREITO À PARTICIPAÇÃO NO ORDENAMENTO PESQUEIRO

23/9/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
29/9/15	APRESENTAÇÃO AO MPF DE DIAGNÓSTICO FEITO POR CIENTISTAS E POR SÁBIOS INDÍGENAS SOBRE O EIA-RIMA DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO LUIZ DO TAPAJÓS
29/9/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A USINA SÃO LUIZ DO TAPAJÓS
30/9/15	REUNIÃO COM OS ADVOGADOS ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, ANTÔNIO RODRIGO MACHADO E PGF/FUNAI SOBRE A RE 654833
5/10/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR A AÇÃO DE MILÍCIAS ARMADAS A SERVIÇO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS E TRABALHADORES, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS, NO CONTEXTO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS
7/10/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MEDIDAS PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE INDÍGENAS E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS DECORRENTES DOS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE TIS NO MS
8/10/15	REUNIÃO DO GT CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E GT TERRAS PÚBLICAS
9/10/15	REUNIÃO DO GT CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
14/10/15	SEMINÁRIO SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
15/10/15	SEMINÁRIO SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
16/10/15	SEMINÁRIO SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
22/10/15	SEMINÁRIO A DIGNIDADE NA MORTE: LIMITES E POSSIBILIDADES
26/10/15	REUNIÃO COM OS ADVOGADOS ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, ANTÔNIO RODRIGO MACHADO E FAMÍLIA ORLEI CAMELI/FUNAI SOBRE A RE 654833
29/10/15	REUNIÃO COM O GENERAL VELOSO SOBRE A MICROCENTRAL HIDRELÉTRICA DE TIRIÓS
4/11/15	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO: QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE INDÍGENAS E DEMAIS POPULAÇÕES TRADICIONAIS. MESA: MARCO TEMPORAL DA PRESENÇA INDÍGENA
5/11/15	SEMINÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: REALIDADE E PERSPECTIVAS
6/11/15	REUNIÃO DO GT GRANDES EMPREENDIMENTOS
6/11/15	REUNIÃO DO GT GRANDES EMPREENDIMENTOS COM FLÁVIA SCABIN, DA FGV, SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS
10/11/15	EVENTO DIREITOS ORIGINÁRIOS DOS POVOS INDÍGENAS E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

12/11/15	SEMINÁRIO O DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS À CONSULTA PRÉVIA – PROTOCOLOS DE CONSULTA
16/11/15	REUNIÃO DO GT EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
18/11/15	REUNIÃO DO GT VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E REGIME MILITAR
20/11/15	COLÓQUIO GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS: PASSADO E PRESENTE
23/11/15	REUNIÃO COM O ICMBIO E FUNAI SOBRE A RESEX ALTO JURUÁ
24/11/15	REUNIÃO COM O DR. NICOLAO DINO SOBRE ONÇA PUMA
24/11/15	DEBATE, VIA SKYPE, SOBRE A PEC 215
25/11/15	REUNIÃO COM O DR. ANSELMO LOPES, COM O JUIZ DAVID WILSON PARDO E COM A UNB SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA DISCIPLINA SOBRE POLÍTICA INDÍGENA JUNTO À ESCOLA DE FORMAÇÃO
25/11/15	XX ENCONTRO NACIONAL DA RENAP
30/11/15	REUNIÃO DO GT DEMARCAÇÃO COM A FUNAI E COM PAULO TAMBURINI
2/12/15	SEMINÁRIO INTERNACIONAL PREVENINDO GENOCÍDIO E OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. PAINEL: VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO INDÍGENA E OUTRAS
3/12/15	AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CDHLP DO SENADO FEDERAL SOBRE A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS
9/12/15	REUNIÃO COM FUNAI, ANAC, SESA E PR/AP SOBRE PISTAS DE POUSO EM ÁREAS INDÍGENAS NO AMAPÁ
9/12/15	PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
10/12/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
14/12/15	PALESTRANTE NA MESA MAGNA: DIREITOS INDÍGENAS DA ETAPA NACIONAL DA 1ª CNPI

6.2. JOÃO AKIRA

DATA	ASSUNTO
4/2/15	REUNIÃO COM SANDRA NASCIMENTO
9/2/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
26/3/15	APRESENTAÇÃO DOS CENÁRIOS ENERGÉTICOS 2050

27/3/15	REUNIÃO COM A DRA. FABIANA E COM O DR. FELIPE BOGADO
28/3/15	REUNIÃO COM LIDERANÇAS XOKLENG
13/4/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
22/5/15	REUNIÃO COM ROSANE KAINGANG
28/5/15	REUNIÃO COM DR. WILSON ASSIS, DR. EDMUNDO FILHO E DR. ANTÔNIO ARTUR
29/5/15	REUNIÃO COM DR. WILSON ASSIS, DR. EDMUNDO FILHO E DR. ANTÔNIO ARTUR
15/6/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
6/7/15	REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA SDH, SEPPI, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E COM O DEPUTADO PAULO PIMENTA
10/7/15	REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA CODECEX
4/8/15	REUNIÃO COM DIOGO DE OLIVEIRA/FUNAI
5/8/15	REUNIÃO COM 4 REPRESENTANTES INDÍGENAS E 2 REPRESENTANTES DO ISPN
6/8/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
13/8/15	REUNIÃO COM SERVIDORES DA 6ª CCR
19/8/15	REUNIÃO COM O DEPUTADO ZECA DO PT/MS SOBRE QUESTÕES INDÍGENAS NO MS
15/9/15	REUNIÃO COM ANTÔNIO MIG (KAINGANG)
15/9/15	REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO ICMBIO
16/9/15	REUNIÃO COM MAURICIO GUETTA/ISA, APIB, GREENPEACE, CIMI E DR. RICARDO PAEL
23/9/15	REUNIÃO COM INDÍGENAS KRAHÔ/TO
23/9/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
1/10/15	VIDEOCONFERÊNCIA COM O DR. PEDRO BARBOSA, O DR. WILSON ASSIS E DR. O MARCO ANTÔNIO
21/10/15	REUNIÃO COM O CIMI E LIDERANÇAS
27/10/15	REUNIÃO COM LIDERANÇAS DA TI JARAGUÁ
10/12/15	REUNIÃO ORDINÁRIA

6.3. LUCIANO MAIA

DATA	ASSUNTO
9/2/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
20/5/15	REUNIÃO COM LIDERANÇAS TUXÁ
16/6/15	REUNIÃO COM CLAUDIO IOVANOVICH
7/7/15	REUNIÃO COM LIDERANÇAS PATAXÓ
6/8/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
17/8/15	REUNIÃO COM LUCIANO RODA, DIRETOR DO DEP. DE DESTINAÇÃO DO PATRIMONIAL/SPU/MP
23/9/15	REUNIÃO ORDINÁRIA
10/12/15	REUNIÃO ORDINÁRIA

6.4. ELIANA TORELLY

DATA	ASSUNTO
19/3/15	REUNIÃO GT EDUCAÇÃO
20/3/15	REUNIÃO COM A FEDERAÇÃO INDÍGENA DAS NAÇÕES PATAXÓ E TUPINAMBÁ DO EXTREMO SUL DA BAHIA
20/3/15	REUNIÃO GT COMUNIDADES TRADICIONAIS
13/4/15	REUNIÃO ORDINÁRIA DA 6ª CCR
15/6/15	REUNIÃO ORDINÁRIA DA 6ª CCR
1/7/15	SEMINÁRIO GT COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MONTES CLAROS-MG
2/7/15	SEMINÁRIO GT COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MONTES CLAROS-MG
6/8/15	REUNIÃO ORDINÁRIA DA 6ª CCR

14/10/15	ATUAR COMO RELATORA DA PLENÁRIA PARCIAL NO SEMINÁRIO CONVERGÊNCIAS ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
15/10/15	ATUAR COMO RELATORA DA PLENÁRIA PARCIAL NO SEMINÁRIO CONVERGÊNCIAS ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
16/10/15	ATUAR COMO RELATORA DA PLENÁRIA PARCIAL NO SEMINÁRIO CONVERGÊNCIAS ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
12/11/15	CURSO "WORKSHOP SOBRE COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA"

The image features a complex abstract design. On the left, a vertical stack of three rectangular blocks in black, dark red, and black contains a large white number '7'. To the right, a large, intricate pattern of concentric, interlocking red lines forms a series of nested triangles and diamonds. A horizontal dark red band spans the width of the image, containing the text 'REUNIÕES EM DESTAQUE' in white. Below this band, the bottom of the image is composed of black and white blocks, with a red geometric pattern on the right side.

7

REUNIÕES EM DESTAQUE

7. REUNIÕES EM DESTAQUE



Foto: 6^oCCR

23/2

REUNIÃO DRA. DEBORAH
DUPRAT E 40 LIDERANÇAS
INDÍGENAS (AUDITÓRIO DA PGR).

27/4 — REUNIÃO DE DISCUSSÃO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH) DO SENADO, ACERCA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665/2014, EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO. PARTICIPAÇÃO DA DRA. DEBORAH DUPRAT¹.

¹ Reportagem da Secom/MPF, disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/para-mpf-medida-provisoria-que-limita-seguro-defeso-de-pescadores-contraria-convencao-169-da-oit>. Acesso em: 11 maio 2015.



Foto: Antropólogo do MPF Marcos Homero

30/5 E 1º/6

VISITA A ALDEIAS GUARANIKAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL.

PARTICIPANTES:

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DRA. DEBORAH DUPRAT; DR. MARCO ANTÔNIO DELFINO; DR. EMERSON KALIF SIQUEIRA; CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CIMI; FUNAI E POLÍCIA FEDERAL²

16/6 — REUNIÃO COM O DR. LUCIANO MAIA E O SR. CLÁUDIO IOVANOVICH, REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA (APRECI/PR).

² Reportagem da Ascom/MS, disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-acompanha-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-em-visita-a-aldeias-guarani-kaiowa>. Acesso em: 11 jun. 2015. Documentário produzido por Fernando Bola, disponível em: <<https://vimeo.com/133723348>>. Acesso em: 29 jul. 2015.



Foto: 6ªCCR

17/6

REUNIÃO DE LIDERANÇAS XIKRIN DO CATETÉ COM A COORDENADORA DA 6ª CCR, SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA DEBORAH DUPRAT, "PARA DEBATER OS EFEITOS DE DECISÃO JUDICIAL REFERENTE À AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2383-85.2012.4.01.3905, QUE TEM COMO OBJETIVO SUSPENDER A LICENÇA DE MINERAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE NA UNIDADE DE ONÇA PUMA, SITUADA EM OURILÂNDIA DO NORTE, NO PARÁ

Entre as deliberações do encontro, ficou definido que os indígenas se reunirão com a procuradora da República em Redenção, no Pará, que é a unidade do Ministério Público Federal mais próxima. Além disso, todos os documentos da Funai e da Universidade Federal sul-sudeste do Pará sobre a Unidade de Onça Puma e sobre uma outra mina, a S11D, que começou a ser explorada pela Vale, também serão encaminhados para a análise da procuradora³.

6/7 – REUNIÃO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS⁴ – A SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA DEBORAH DUPRAT E O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA JOÃO AKIRA OMOTO RECEBERAM RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA, EM CAVALCANTE-GO.

3 Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-e-liderancas-xikrin-tratam-sobre-a-mineracao-onca-puma-no-para>. Acesso em: 7 jul. 2015.

4 Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-recebe-relatorio-sobre-exploracao-sexual-de-meninas-kalunga>. Acesso em: 7 jul. 2015.



Foto: 6ªCCR

7/7

REUNIÃO DO DR. LUCIANO MARIZ
MAIA COM LIDERANÇAS PATAXÓ,
PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, TUPINAMBÁ
E TUMBALALÁ⁵.

9/7 — REUNIÃO DA DRA. DEBORAH DUPRAT COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS⁶.

5 Reportagem disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/liderancasindigenas-da-bahia-apresentam-reivindicacoes-sobre-saude-e-demarcacao-de-terras>. Acesso em: 31 jul. 2015.

6 Reportagem disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-promove-audiencia-publica-com-movimento-de-pescadores-artesanais>. Acesso em: 31 jul. 2015.



5/8

REUNIÃO DA DRA. DEBORAH DUPRAT E DO DR. HENRIQUE FELBER HECK, PROCURADOR DA REPÚBLICA EM JI-PARANÁ, NA 6ª CCR, COM REPRESENTANTES DA ETNIA PAITER SURUÍ⁷.

Foto: Antônio Augusto/Secom/PG

7 Reportagem da Secom disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-eminorias/mpf-pede-a-policia-federal-funai-e-ibama-que-investiguem-suspeitas-de-crimes-ambientais-em-terra-surui-1>. Acesso em: 13 ago. 2015.

The background is composed of several geometric elements. On the left, there are three vertical rectangular blocks: a black one at the top, a red one in the middle, and a black one at the bottom. The red block has a white number '8' centered within it. To the right of these blocks is a large white area. On the far right, there are two large triangular patterns made of parallel red lines. The top triangle points upwards and contains a smaller white diamond shape. The bottom triangle points downwards. The overall design is modern and minimalist.

8

EVENTOS

8. EVENTOS

9 E 10/4 – ENCONTRO DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL DA BOCAINA – TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: DIÁLOGOS E CAMINHOS

Evento realizado no Quilombo do Campinho, em Paraty-RJ, com a participação do MPF em Angra dos Reis-RJ, a 6ª CCR, o Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis de Bocaina (OTSS)”¹.

22 E 23/4 – SEMINÁRIO “DESAFIOS ATUAIS DO POVO KAINGANG NO OESTE CATARINENSE”, PROMOVIDO PELO MPF EM CHAPECÓ-SC E PELA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DE CHAPECÓ-SC.

O evento contou com três mesas coordenadas pela subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, pelo procurador regional da República João Akira e pelo procurador da República Carlos Humberto Prola Júnior².

1º E 2/7 – SEMINÁRIO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Com a participação da Dra. Deborah Duprat e Dr. Edmundo Antônio Dias, pelo MPF, e de outros representantes de órgãos do governo.

1 Resumo baseado na reportagem disponível em: <<http://www.mosaicobocaina.org.br/noticias/712-encontro-de-justica-socioambiental-da-bocaina-territorios-tradicionais-dialogos-e-caminhos>>. Acesso em: 11 maio 2015.

2 Resumo baseado na reportagem da Ascom-SC, disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-sc-seminario-sobre-povo-kaingang-com-inscricoes-abertas-em-chapeco>. Acesso em: 11 maio 2015.



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

6/08

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, COM A PARTICIPAÇÃO DA SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA DEBORAH DUPRAT, PARA DEBATER ENCARCERAMENTO INDÍGENA³.



Foto: Antônio Augusto/Secom/PGR

7/10

AUDIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA "ENCONTRAR ALTERNATIVAS A FIM DE EVITAR MAIS MORTES EM TERRAS INDÍGENAS EM PROCESSO DE DEMARCAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL", COM A PARTICIPAÇÃO DA SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA DEBORAH DUPRAT⁴.

3 Reportagem da Secom disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/falha-na-identificacao-de-presos-torna-indigenas-invisiveis-no-sistema-prisional-afirma-coordenadora-da-tematica-indigena-do-mpf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

4 Reportagem da Secom disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-cobra-acoes-efetivas-do-governo-na-demarcacao-de-terras-indigenas-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 26 out. 2015.



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

10/11

PARTICIPAÇÃO DA DRA. ELIANA PERES TORELLY NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, "DESTINADA A ACOMPANHAR AS OBRAS DAS RODOVIAS FEDERAIS 242 E 235"⁵.

5 Reportagem da Secom disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-epatrimonio-cultural/mpf-defende-que-comunidades-indigenas-sejam-ouvidas-antes-de-licenciamento-para-as-brs-242-e-235-ser-liberado>. Acesso em: 2 dez. 2015.

8.1 EVENTOS PROMOVIDOS PELA 6ª CCR

13 A 30 DE ABRIL – EXPOSIÇÃO “NOSSA DIFERENÇA É A NOSSA RIQUEZA”

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) promove, entre os dias 14 e 30 de abril, a exposição de fotografias “Nossa Diferença é a Nossa Riqueza”, em comemoração ao Dia do Índio, 19 de abril. Serão 32 fotos com imagens de características peculiares das etnias Kayapó, Kapinawá, Kaiowá, Tupinambá, Waurá, Yanomami e Krahô tiradas pelo fotógrafo Leonardo Prado, da Secretaria de Comunicação Social da PGR, entre os anos de 2005 e 2010⁶.



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

Foto: 6ªCCR

6 Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/exposicao-nossa-diferenca-e-a-nossa-riqueza-comemora-o-dia-do-indio-na-pgr>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

7 DE AGOSTO - LANÇAMENTO OFICIAL DO SIGEO

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) lançou na sexta-feira, 7 de agosto, às 15h, o SiGEO (Sistema de Informações Georreferenciados do Ministério Público Federal).

Desenvolvido pelas 6ª e 4ª Câmaras, o projeto finalístico cria mapas interativos que liberam o acesso a informações estratégicas. O sistema permite a articulação de dados georreferenciados com a atuação do MPF em diferentes níveis, focando, principalmente, nas questões indígenas e de meio ambiente⁷.



7 Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.br/destaques-do-site/6a-camara-lanca-sistema-de-informacoes-georreferenciadas>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

8 Disponível em: <<http://sigeo.mpf.br/i3geo/sigeo/>> Acesso em: 11 fev. 2016.

26 A 28 DE AGOSTO - SEMINÁRIO INTERNACIONAL “VISÕES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO BRASIL”

A coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal, subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, afirmou, durante a abertura do seminário “Visões e Desafios da Educação Intercultural no Brasil”, que “o Brasil continua sendo uma sociedade branca, hegemônica e colonizadora”. Para a subprocuradora, “as políticas públicas brasileiras, mesmo as mais recentes, estão longe de abranger a interculturalidade. Num país de múltiplas culturas, temos que ter uma legislação que seja resultado do diálogo entre diversos grupos”, frisou.⁹



VISÕES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO
INTERCULTURAL NO BRASIL
DIVULGAÇÃO



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

9 Disponível em: <http://noticias.pgr.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/brasil-continua-sendo-uma-sociedade-branca-e-colonizadora-affirma-deborah-duprat>. Acesso em: 9 set. 2015.

14 A 16 DE OUTUBRO - SEMINÁRIO “CONVERGÊNCIAS ENTRE A GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL”, PROMOVIDO PELAS 4ª E 6ª CÂMARAS

A criação de novas unidades de conservação deverá ser precedida de estudo sobre a presença de povos e comunidades tradicionais. Além disso, deve ser assegurada a participação dessas pessoas, mediante consulta prévia, livre e informada. O posicionamento foi uma das conclusões do seminário “Convergências entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental”, ocorrido entre os dias 14 e 16 de outubro, que reuniu membros do Ministério Público Federal com atuação nas câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.¹⁰



CONVERGÊNCIAS ENTRE
A GARANTIA DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS E A
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
DIVULGAÇÃO

¹⁰ Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-busca-convergencia-entre-garantia-de-diretos-das-populacoes-tradicionais-e-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 11 fev. 2016.

26 DE OUTUBRO - AUDIÊNCIA PÚBLICA PEC 215 E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, PROMOVIDA PELA 6ª CÂMARA

Entoando canções de guerra, tribos do Xingu chegaram à audiência pública que debateu a PEC 215, projeto que transfere do Poder Executivo para o Poder Legislativo a exclusividade na demarcação de terras indígenas. Além dos xinguanos e xinguanas, cerca de 300 indígenas de quase 20 tribos participaram da reunião realizada na quinta-feira, 26 de novembro, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília.¹¹



AUDIÊNCIA PÚBLICA PEC 215
E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS
INDÍGENAS



Foto: João Américo/Secom/PGR



Foto: João Américo/Secom/PGR

11 Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/recente-aprovacao-de-pec-215-na-camara-e-criticada-por-liderancas-indigenas-e-mpf>. Acesso em: 11 fev. 2016.



9

DESTAQUES

9. DESTAQUES



Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR

7/4

EM CERIMÔNIA, ÍNDIOS
YANOMAMI ENTERRAM
SANGUE REPATRIADO DOS
ESTADOS UNIDOS¹

Índios Yanomami, acompanhados por representantes do Ministério Público Federal (MPF), enterraram na sexta-feira, 3 de abril, 2.693 frascos com sangue de seus antepassados, colhido, sem autorização, no fim da década de 1960 por cientistas norte-americanos.



Foto: ANPR

6/5

III PRÊMIO REPÚBLICA DE
VALORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL

Na categoria Comunidades Tradicionais e Minorias, venceu a “Atuação do MPF pela Regularização Fundiária de Seis Unidades de Conservação no Amazonas em Favor de Comunidades

¹ Reportagem da Secom disponível em: <http://noticias.pgr.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/em-cerimonia-indios-yanomamis-enterram-sangue-repatriado-dos-estados-unidos>. Acesso em: 7 abr. 2015.

Tradicionais Extrativistas”, cujos autores são os procuradores da República Julio José Araujo Junior, Felipe Augusto de Carvalho Pinto e Leonardo Andrade Macedo².

16/6 - 6ª CCR: MPF REAFIRMA POSIÇÃO CONTRÁRIA À DECISÃO QUE NÃO RECONHECE LIMÃO VERDE COMO TERRA INDÍGENA

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal enviou memorial ao Supremo Tribunal Federal sobre a decisão da 2ª Turma da Corte, que considera que a Fazenda Santa Bárbara, localizada no município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, não é terra de ocupação tradicional indígena. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou recurso contra a decisão no final do mês de março.³



Foto: Secom/PGR

21/9

MPF DEVOLVE SANGUE INDÍGENA REPATRIADO DOS ESTADOS UNIDOS PARA O POVO YANOMAMI⁴

O Ministério Público Federal (MPF) devolveu ao povo indígena Yanomami, nesta segunda-feira, 21 de setembro, sangue de seus antepassados, colhido sem autorização, no fim da década de 60, por cientistas norte-americanos. A repatriação das amostras foi possível com a assinatura de acordo entre o MPF/RR e o Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos, com intermediação do Ministério das Relações Exteriores, da Câmara do MPF que atua na defesa dos povos indígenas e de comunidades tradicionais e da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI).

2 Reportagem da Secom/MPF, disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/premio-republica-divulga-vencedores-de-sua-terceira-edicao-1>. Acesso em: 11 maio 2015.

3 Disponível em: <<http://intranet.mpf.mp.br/informa/2015/camaras-e-pfdc/6ccr/6a-ccr-mpf-reafirma-posicao-contraria-a-decisao-que-nao-reconhece-limao-verde-como-terra-indigena>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

4 Disponível em: <<http://intranet.mpf.mp.br/busca?SearchableText=Yanomami>>. Acesso em: 24 fev. 2016.



10

COMUNICAÇÃO

10. COMUNICAÇÃO

BOLETIM INFORMATIVO

Seleção quinzenal, realizada pela 6ª Câmara, com as principais informações publicadas no site e na intranet nacional.

Boletim informativo

BOLETIM INFORMATIVO

Seleção quinzenal realizada pela 6ª Câmara com as principais informações publicadas no site e na intranet nacional

Notícias externas

- 15/12/2015 - MPF celebra parceria com faculdades em Rondônia
- 14/12/2015 - MPF/RJ defende direito à imunidade tributária das comunidades de terreiro em Pinheiral
- 14/12/2015 - Funai e Itaipu se comprometem a respeitar acordo entre indígenas e quilombolas de Oriximiná/PA
- 11/12/2015 - Lideranças indígenas apresentam, na PGR, reivindicações contra a PEC 215 e a construção de hidrelétricas
- 11/12/2015 - Mediação do MPF/ES evita conflito em áreas indígenas de Aracruz
- 11/12/2015 - MPF/SC ajuíza ação para construção de uma nova unidade de saúde na TI Toldo Imbu
- 10/12/2015 - MPF defende interlocução de movimentos sociais para conquista de direitos
- 10/12/2015 - MPF/PA denuncia ação etnocida e pede intervenção judicial em Belo Monte
- 10/12/2015 - PRR3: indígenas obtêm acesso a área urbana por estrada que cruza propriedade particular
- 10/12/2015 - MPF/ES faz a mediação de conflito entre indígenas e empresa Escelsa, em Aracruz
- 10/12/2015 - MPF/RO verifica situação de direitos sociais em aldeias indígenas no Vale do Guaporé
- 10/12/2015 - MPF/RO promove reunião sobre a cadeia produtiva da castanha em Guajará-Mirim
- 07/12/2015 - Índios e quilombolas de Oriximiná (PA) debatem com governo proteção de territórios
- 07/12/2015 - MPF/MT vai investigar possível tentativa de envenenamento de crianças indígenas
- 03/12/2015 - MPF/RS recomenda suspensão de mineração em área oculta por quilombolas de Morro

CLIPAGEM DA MÍDIA

A partir de 6 de abril de 2015, a clipagem da mídia de reportagens relacionadas à temática da 6ª CCR recebeu um novo formato. Os leitores são direcionados para a página de publicação da reportagem, sendo o histórico das matérias disponibilizadas no site mantido por uma semana. Além disso, os interessados podem cadastrar seus e-mails para receber o *Clipping* diariamente.

Clipagem da Mídia

A clipagem da mídia é uma pesquisa diária realizada em sites e blogs, com a finalidade de reunir as principais reportagens relacionadas à temática da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Populações indígenas e comunidades tradicionais).

Ao clicar em "Leia mais", o leitor será direcionado para a página original de publicação da reportagem.

* O conteúdo das reportagens do Clipping da 6ª CCR é de responsabilidade daqueles que as publicaram.

06.04.2015

Indígenas Waimiri-Atroari passam a ter direito a salário maternidade independente da idade

FUNAI - 01.04.2015

A partir de agora o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS passa a conceder salário-maternidade às mulheres indígenas da etnia Waimiri-Atroari, residentes no Estado do Amazonas independente da idade.

[+ Leia mais](#)

Gersen Baniwa – "Antropólogo diz que índios foram esquecidos à medida em que a democracia foi se consolidando"

Combate Racismo Ambiental - 03.04.2015

É na comunidade onde nasceu, Carara, no rio Içana, que Gersen José dos Santos Luciano Baniwa começa, como professor, a caminhada de líder indígena. Tinha 20 anos em 1985 e acabou de concluir o ensino médio. Viviu dois momentos antagônicos.

[+ Leia mais](#)

E-CLIPPING JURÍDICO

Seleção mensal de jurisprudências, leis e notícias relativas às temáticas da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.



ERRATA DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

Na página 52 do Relatório de Atividades 2014, onde se lê: “Grupo de Trabalho Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar”, leia-se: “Grupo de Trabalho Violação dos Direitos dos Povos Indígenas e Regime Militar”.

Quantidade de diárias e passagens (página 72)

	VIAGENS *	DIÁRIAS
MEMBROS DA 6ª CCR NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	242	746
ANALISTAS PERICIAIS E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	70	397
COLABORADORES EVENTUAIS	21	70
TOTAL	333	1.213

Fonte: Coordenadoria de Viagens e Eventos (CVE).

Notas: *Conforme esclarecido pela CVE, adotar a denominação viagens.

**Os valores relacionados ao orçamento de 2014 mantêm-se os mesmos, já mencionados no relatório de atividades.

